



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

MARIA ALBA SILVA CAVALCANTE

**TOPICALIZAÇÃO: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE A
ORDEM DOS CONSTITUINTES EM CARTAS OFICIAIS DA
PARAÍBA DOS SÉCULOS XVIII E XIX**

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MARIA CRISTINA DE ASSIS

JOÃO PESSOA – PB
2011

Maria Alba Silva Cavalcante

**TOPICALIZAÇÃO: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE A
ORDEM DOS CONSTITUINTES EM CARTAS OFICIAIS DA
PARAÍBA DOS SÉCULOS XVIII E XIX**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Paraíba, como parte das exigências do Curso de Pós-graduação em Linguística, para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina de Assis

A553t Cavalcante, Maria Alba Silva.
Topicalização: um estudo histórico sobre a ordem dos
constituintes em cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e
XIX / Maria Alba Silva Cavalcante.-- João Pessoa, 2011.
83f.
Orientadora: Maria Cristina de Assis
Dissertação (Mestrado) – UFPB/PROLING
1. Linguística. 2. Linguística Histórica. 3. Cartas oficiais –
Séculos XVIII e XIX – Paraíba. 4. Topicalização. 5. Tradições
Discursivas.

UFPB/BC

CDU: 801(043)

EXAMINADORES:

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina de Assis (Orientadora/UFPB)

Prof^a. Dr^a. Eliane Ferraz Alves (UFPB)

Prof^a. Dr^a. Maria das Dores Albuquerque (UFPB)

*A passagem da fala para a escrita não é a
passagem do caos para a ordem: é a
passagem de uma ordem para outra ordem.
(MARCUSHI, 2001, p. 47)*

Aos meus pais, irmãos, familiares e amado esposo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me ajudado a enfrentar os novos desafios da vida, dando-me forças para que eu chegasse firme e perseverante até aqui, guiando-me e mostrando-me os novos passos que deveria dar;

Aos meus pais, por terem aceitado a grande missão de me apresentar a este mundo e por terem dado, de maneira especial, a devida educação que tanto se discute hoje em toda sociedade. A vocês, o meu mais carinhoso agradecimento, pois sem esse alicerce, tudo teria sido muito mais difícil.

Agradeço a toda minha família, irmãos, tios, primos, por todo apoio que recebi e por tantos momentos de alegria e de aprendizagem que estivemos juntos. Agradeço ainda, com especial atenção à minha querida tia Dete. Seus conselhos e sua dedicação, mesmo a distância, foram únicos até hoje.

Ao meu amado esposo, Vinicius Gomes, por sua paciência, apoio e dedicação ao longo desses dois anos de estudo no mestrado, apoiando-me e ajudando-me como companheiro, amigo e mesmo como professor nas horas de incompreensão e de abstração dos conhecimentos. Seu apoio sempre foi imensurável em minha vida pessoal, profissional e acadêmica.

Agradeço à minha estimada orientadora Dra. Maria Cristina de Assis, por ter merecido seus meses de paciência e dedicação, tanto profissional quanto pessoal. Nos momentos em que achava que tudo estava perdido, ela sempre trazia ideias e apontamentos que foram primordiais para minha investigação, principalmente para que eu pudesse chegar aos objetivos desta pesquisa. A sua dedicação ao longo desses cinco anos, como professora, amiga e orientadora, permitiu-me tornar uma pessoa eternamente grata pelos seus ensinamentos e também uma fã incondicional. Devo a grande honra a você, Cristina, por ter merecido toda sua dedicação nos apontamentos mais importantes deste trabalho.

Agradeço às professoras Dra. Eliane Ferraz e Dra. Maria Leonor Maia Santos, pelas correções e sugestões que fizeram na banca de qualificação do mestrado. Suas sugestões foram grandes norteadoras para a revisão do meu texto e, principalmente, para que eu pudesse alcançar os objetivos da minha pesquisa com mais veemência.

Agradeço, também, aos professores de graduação e de pós-graduação, Arturo Gouveia, Milton Marques, Fátima Melo, Evangelina Faria, Ester Vieira, por me presentearam com novos saberes, de maneira única e por servirem sempre de espelho a outros profissionais.

Por fim, não poderia deixar de mencionar os nomes dos queridíssimos amigos: Márcia Amélia Bicalho, Adivânia Franca, Maria de Fátima, Jerônimo Vieira, Ângela Rezende, Edivânia, Marcos, Luís, Priscilla e Alysson. A todos vocês os meus mais sinceros agradecimentos, pelos momentos de companhia e de sincera amizade.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo geral descrever e analisar construções de tópico em cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX. A Topicalização atualmente é considerada um fenômeno característico da Língua Portuguesa falada no Brasil, conforme apresenta Pontes (1987); no entanto, é possível observar que esse fenômeno já aparece no Português do Brasil (PB) desde finais do século XVIII, conforme o *corpus* investigado. Essa constatação leva a alguns questionamentos acerca dos motivos que poderiam ser relacionados ao rompimento da ordem da sentença por meio da topicalização, e se esse rompimento estaria ligado a situações específicas nessas cartas. Para fundamentar teoricamente esse estudo, foram basilares duas linhas de investigação: de um lado, os estudos históricos da língua voltados para as Tradições Discursivas, proposta pelos filólogos da Pragmática Alemã, principalmente por Kabatek (2006); de outro lado, os estudos de Eunice Pontes (op.cit), Castilho (2001), Gibrail (2007) sobre a topicalização no PB e no PE (Português europeu). Além do embasamento teórico nessas linhas, foram feitas investigações em outras literaturas, que tratam não apenas de topicalização, mas também da disposição dos termos na frase, e do que postulam os cânones nos séculos XVIII e XIX. Entre estas, citam-se as gramáticas históricas, como a gramática Filosófica de Barbosa (1822), que discute sobre o padrão da Língua Portuguesa naquele período. O presente trabalho é de caráter qualitativo-quantitativo e descritivo-interpretativo, procedimento este que permitiu a análise de 203 cartas administrativas. A metodologia adotada nesta investigação consistiu na separação desses textos, segundo a presença ou a ausência de topicalização, sempre partindo da leitura do primeiro parágrafo. Posteriormente, foram avaliadas e descritas as ocorrências de estruturas topicalizadas. O estudo aponta para uma menor frequência de estruturas topicalizadas, em detrimento às estruturas não topicalizadas, devido a vários motivos, como a própria situação de comunicação descritas nesses manuscritos.

Palavras-Chave: Linguística histórica. Cartas oficiais – Séculos XVIII e XIX – Paraíba. Topicalização. Tradições Discursivas.

ABSTRACT

This paper aims to describe and analyze the topic sentences in official letters of Paraíba from the eighteenth and nineteenth centuries. The topicalization is currently considered a characteristic phenomenon of the Portuguese language spoken in Brazil, as shown Pontes (1987), however, it is noteworthy that this phenomenon already appears in Portuguese in Brazil (PB) since the late eighteenth century, as the *corpus* investigated. This observation leads to some questions about the motives that could be related to disruption of the order of the sentence by topicalization, and the disruption would be linked to specific situations in these letters. To support this theory research were two basic lines of research: on the one hand, historical studies of language focused on the discursive traditions, the Pragmatic proposed by the German philologists, proposed by Kabatek (2006), on the other hand, studies of Eunice Pontes (op.cit), Castilho (2001), Gibrail (2007) on topicalization in PB and PE (European Portuguese). Besides the theoretical framework along these lines, investigations were made in other literatures, dealing not only topicalization, but also the arrangement of words in the sentence, and postulate that the canons in the eighteenth and nineteenth centuries. These are cited historical grammars, such as Grammar Philosophical Barbosa (1822), which discusses the pattern of the Portuguese language in that period. This study is qualitative, quantitative and descriptive and interpretive, that this procedure allowed the analysis of 203 letters. The methodology adopted in this research consisted in the separation of these texts, according to the presence or absence of topicalization, realized always from reading the first paragraph. Were subsequently evaluated and described instances of topicalized structures. The study points to a lower frequency of these structures, in lieu of not topicalized structures due to various reasons, as the communication situation described in these manuscripts.

Keywords: Historical linguistics. Official letters - XVIII and XIX - Paraíba. Topicalization. Discursive Traditions.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RESUMO | 8 |
| ABSTRACT | 9 |
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1. METODOLOGIA | 15 |
| 2. LINGUÍSTICA HISTÓRICA: DAS ORIGENS DAS LÍNGUAS À SINTAXE HISTÓRICA | 19 |
| 2.1. Os Caminhos da Linguística Histórica..... | 19 |
| 3. AS TRADIÇÕES DISCURSIVAS E A TIPOLOGIA DAS LÍNGUA | 26 |
| 3.1 Tradições Discursivas: uma abordagem atual nos estudos históricos dos textos..... | 26 |
| 3.2 A Tipologia Linguística e a ordem dos constituintes | 32 |
| 3.3. A Ordem dos constituintes da sentença no Português Clássico e Antigo segundo às Gramáticas Históricas | 32 |
| 3.4 Os estudos sobre a ordem dos constituintes na oração e o trabalho de Eunice Pontes..... | 34 |
| 4. A SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO NOS SÉCULOS XVIII E XIX | 48 |
| 4.1 O Contexto de produção das cartas: uma breve história social sobre o Português falado no Brasil..... | 48 |
| 4.2 Hipóteses Interpretativas do Português brasileiro..... | 55 |
| 5. A TOPICALIZAÇÃO E A ORDEM DOS CONSTITUINTES NAS CARTAS OFICIAIS DA PARAÍBA DOS SÉCULOS XVIII E XIX: ANÁLISE LINGUÍSTICA | 45 |
| 5.1. As Cartas paraibanas dos séculos XVIII e XIX | 57 |
| 5.2. A Ordem dos constituintes da sentença nas cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX | 60 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 79 |
| REFERÊNCIAS | 83 |

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 – Tradições Discursivas..... | 29 |
| FIGURA 2 – A Classificação tipológica das línguas..... | 35 |
| FIGURA 3 – A definição de Oração inversa e de oração direta na gramática de Jerônimo Barbosa..... | 37 |
| QUADRO 1 – Estruturas encabeçadas por adjuntos que estabelecem quadros de referência espaço-temporal – (T-AET)..... | 63 |
| QUADRO 2 - Estruturas de tópico-comentário – (TC)..... | 67 |
| QUADRO 3 - Topicalização de objeto direto (T - OD)..... | 68 |
| QUADRO 4 - Topicalização de estruturas subordinadas e encabeçadas de gerúndio (T-SG).69 | 69 |
| QUADRO 5 - Topicalização com retomada de pronome cópia (T - RPC)..... | 72 |
| QUADRO 6 - Topicalização de estrutura encabeçada por preposição denotadora de meio (T-PREP. DM)..... | 73 |
| QUADRO 7 - Topicalização de adjunto adnominal e adverbial de modo (T-ADJ)..... | 74 |

ÍNDICE DE ABREVIATURA

CT - Construção de Tópico

GT - Gramática Tradicional

LH - Linguística Histórica

PB - Português Brasileiro

PE - Português Europeu

PHPB - Projeto para a História do Português brasileiro

SN - Sintagma Nominal

SV – Sintagma Verbal

SVO - Sujeito-verbo-objeto

TD - Tradições discursivas

INTRODUÇÃO

A pesquisa em Linguística Histórica (LH), retomada com maior vigor nos últimos anos no Brasil, e os estudos desenvolvidos no curso de Letras, como pesquisadora de Iniciação Científica, sobre a sintaxe do Português brasileiro (PB) dos séculos XVIII e XIX foram os grandes provocadores da curiosidade em investigar a ordem dos constituintes da sentença, especialmente a topicalização no PB, no gênero carta oficial deste mesmo período. Também foram fundamentais, para estudar as construções de tópico (doravante CT), no Português brasileiro, as leituras dos textos publicados pelo PHPB (Projeto para a História do Português brasileiro) com diferentes objetivos e áreas de pesquisas diversificadas.

Os estudos no âmbito da Linguística Histórica são realizados em duas grandes vertentes: a da Linguística Histórica *lato sensu* e a da Linguística Histórica *stricto sensu*, conforme proposta defendida por Silva (2008). A primeira baseia-se em dados necessariamente datados e localizados; a segunda, concepção mais tradicional, versa sobre a mudança linguística propriamente dita. A mudança linguística, em seu sentido estrito, pode ser desenvolvida em duas orientações: a sócio-histórica que foca a história externa da língua, e a diacrônica-associal que aborda a história interna.

Nessas duas orientações desenvolvem-se pesquisas com propósitos diferentes, entre os quais destacam-se: a caracterização da língua falada, a reconstrução da história da língua Brasileira em relação à variante falada em Portugal, além da coleta *corpora* de gêneros variados dos séculos anteriores relevantes para essas pesquisas. Uma das mais recentes orientações nos estudos linguísticos históricos no Brasil é tida por estudo das Tradições Discursivas, que vêm analisando diversos gêneros textuais com uma perspectiva histórica mais abrangente, que é a de investigar a historicidade dos textos. Há uma tendência em se pesquisar as mudanças e permanências por qual passam os textos tradicionais das comunidades linguísticas pautadas na finalidade comunicativa, conforme um modelo e uma tradição. A língua nesse sentido é concebida como dinâmica e, por isso, em constante mudança.

No presente trabalho, apresentam-se como *corpus* de análise as cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX, tanto da perspectiva externa, contextualizando social e historicamente seus momentos de produção, quanto internamente direcionando as análises

para um aspecto linguístico dos textos, que é o fenômeno da topicalização relacionado à organização dos constituintes da frase, de acordo ou não com o seu contexto de produção.

Esse fenômeno, durante a década de 1970, motivou grandes discussões entre pesquisadores, a partir da hipótese, logo descartada, de que o PB seria uma língua de tópico (ILARI; BASSO, 2006).

Atualmente, a topicalização e as estruturas topicalizadas vêm sendo apontadas como uma das características da língua Brasileira, principalmente no uso oral. Quando se fala em topicalização em nível estrutural, fala-se em ordem dos termos que em Português são postulados em grande parte das gramáticas tradicionais, conforme destacam PONTES (1987) e CASTILHO (2007). Em relação a este tema, encontram-se textos variados que abordam de forma específica o assunto. Algumas leituras realizadas em trabalhos sobre o Português falado em períodos anteriores comprovaram que a presença de construções de tópico na Língua Portuguesa já aparece desde o século XVI, conforme apontam estudos realizados por Gibrail (2007).

Pode-se afirmar que certos fatos da língua falada na época podem ter influenciado de modo mais ou menos acentuado a maneira como cada sujeito escrevia. Segundo Fonseca (2005), são decisivos para isso elementos externos à língua, tais como a educação, o grau de cultura do notário ou do escriba e a época em que cada documento foi escrito.

Na sintaxe, sabe-se, por exemplo, que a norma gramatical da língua culta prescreve que o uso correto em Português é a ordem sujeito-predicado. Como se sabe, a inversão da ordem SVO é mais comum na fala, já que este seria um fenômeno do próprio discurso oral. Assim, pode-se pensar que investigar a mudança de posição dos constituintes na escrita é entender que a mudança na ordem estrutural, em um primeiro momento, seria o resultado da falta de habilidade da escrita, devido à interferência da fala, isto é, o autor costumava escrever conforme aquilo que ouvia e entendia. (FONSECA, 2005)

Toma-se como ponto de partida a ideia de que há características linguísticas e específicas tanto no Português brasileiro quanto no Português Europeu (PE) falado propriamente em Portugal, uma vez que pesquisas recentes desenvolvidas pelo PHPB (Projeto para a História do Português brasileiro) comprovam que determinadas mudanças são específicas e distintas em ambas as línguas, conforme apresentam Teyssier (1998), Silva (2001) e Castilho (2007). Dentro desse tema, observa-se a relação de mudança e de permanência das estruturas de tópico encontradas nos dados obtidos ao longo dos séculos supracitados. Assim, pretende-se investigar, também, se os autores dos manuscritos tendiam a

topicalizar em contextos mais informais nas cartas, e saber se há uma preferência pelo uso de construções tópicas quando se tem determinada tipologia no texto. Interessa, também, identificar e classificar cada um dos tipos de topicalização (topicalização, deslocamento à esquerda e tópico comentário) apresentados na obra de Pontes (1987). Alguns autores justificam o uso dessa estrutura por questões motivacionais de valor, o qual seria atribuído ao termo topicalizado. Para isso, faz-se necessário pontuar e especificar em que contextos de produção os autores das cartas paraibanas dos séculos XVIII e XIX usavam estruturas de tópico.

1. METODOLOGIA

O presente trabalho tem como objetivo central o investigar o aparecimento dessas topicalizações em cartas de séculos anteriores, em textos escritos, em situações de formalidade. A partir daí, questiona-se sobre ao tema como sendo este um aspecto de conservadorismo da língua europeia ou se é um traço inovador que permite vislumbrar o Português brasileiro atual? Neste sentido questiona-se, também, em que circunstâncias e situações de comunicação costumavam aparecer estruturas topicalizadas.

Uma das hipóteses aventadas sobre a ocorrência desse tipo de estrutura na língua daquele período, deve-se o contexto histórico em que essas cartas foram escritas, a saber: introdução recente da imprensa, a construção das primeiras universidades e bibliotecas no Brasil leva a hipotetizar que a Língua Portuguesa representada nas cartas em apreço começa a se distanciar da modalidade oral europeia da época (FONSECA, 2005). Por outro lado, acredita-se que os autores dos textos em estudo desconheciam ou não seguiam, por algum motivo, os manuais de escrita do Português europeu daquela época. Outra hipótese levantada é a de que a topicalização ocorreria apenas em situações comunicativas específicas, em que, por exemplo, o remetente narra algum fato ao seu destinatário.

Diante dessas afirmações têm-se como objetivos específicos: descrever e analisar a Topicalização e a ordem dos termos na oração em cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX; investigar os motivos discursivos, pelos quais os escrivães das cartas tendiam a topicalizar e romper a ordem estrutural da sentença; apontar e classificar os tipos de topicalização e de estruturas topicalizadas encontradas nas cartas; identificar se a colocação dos constituintes no PB seguia uma tendência que o classificaria como uma língua apenas de

sujeito, de tópico, ou de tópico e de sujeito ao mesmo tempo, conforme classificação das línguas proposta por Greenberg (1963, in: Maia, 2006).

A fim de se perceber a o fenômeno da topicalização em cartas burocráticas da Paraíba nos séculos colonial e imperial e mostrar como se procede a ordenação sintática em orações topicalizadas, a partir de dados obtidos na análise dos textos, o presente trabalho enquadra-se em um nível descritivo-explicativo, no qual se buscou em bibliografia especializada saber o que era dito acerca do tema e o que pode ser comprovado no o *corpus*.

A análise documental das cartas foi realizada com base nos estudos sobre a ordem, em especial, sobre as estruturas de inversão por topicalização. De início foi enumerada a frequência em que apareceram as construções de tópico e de não-tópico; em seguida foram classificados os tipos de estruturas topicalizadas com base na classificação tipológica de Pontes (1987): topicalização por deslocamento à esquerda com e sem retomada de sujeito e tópico-comentário; buscou-se evidências dentro e fora do texto para justificar o rompimento da ordem pelo autor da carta, para isso a investigação tomou por base o parágrafo introdutório de cada uma dos manuscritos.

O *corpus* analisado é composto por 203 cartas burocráticas de caráter oficial, editadas por Fonseca (2004). Os manuscritos originais constituem uma grande fonte de pesquisa documental de textos dos séculos XVIII e XIX na Paraíba e se encontram preservados no arquivo histórico do Espaço Cultural José Lins do Rêgo. Entre os produtores das cartas oficiais do século XIX estão pessoas letradas e influentes, que exerceram cargos públicos de destaque, ligadas à política, ou portadores de título de nobreza: governador, ministro, cônsul, marquês, pessoas com grau de instrução variável (FONSECA, 2005). Essas cartas estão, portanto, diretamente relacionadas com a administração das vilas do estado da Paraíba.

Partindo do princípio de que há uma relação pertinente entre língua e sociedade e de que as condições de produção dos textos tinham efeito na sua organização interna, pode-se inferir que as condições sócio-históricas de sua produção vão se refletir em marcas textuais próprias. Assim, os textos elaborados por autores com pouca escolaridade distinguem-se dos textos produzidos por autores com prática na escrita da época, fato que é perceptível em alguns manuscritos do *corpus*. Para compreender como se percebe a língua revelada através dos textos, ressalta-se a importância em se realizar estudos, primeiramente, em nível social e histórico. A partir de um nível histórico, é possível compreender algumas mudanças ocorridas na língua (COSERIU, 1979). Da mesma forma, pode-se destacar o fato de que o gênero carta sofreu algumas mudanças ao longo do tempo, conforme apontam alguns estudos sobre a

tradição desse gênero, como os de Bicalho (2008) e Fonseca (2005), mudanças percebidas em vários aspectos: morfológicos, sintáticos, etc.

Esta dissertação segue a perspectiva filológica das Tradições Discursivas, que nasceu com a pragmática alemã, e que tem como um de seus maiores representantes o filólogo e linguista Eugênio Coseriu. Esse autor (1982) fala que, do ponto de vista histórico, a língua se concretiza num modo de falar peculiar de uma comunidade, de acordo com as tradições dessa comunidade e o elemento cultural é um dos fatores que exerce força de mudança em uma língua.

Para realizar esse estudo foi necessário o embasamento teórico em duas vertentes: a teoria das Tradições Discursivas e os estudos em LH voltados para o entendimento da sintaxe, partindo de uma abordagem tipológica e ressaltando a classificação funcional das construções de tópico propostas por Pontes (op.cit) e Greenberg (1966).

Considerou-se para este estudo uma análise Linguística descritiva sobre o fenômeno da topicalização, conforme aponta Perini (2002) em relação à mudança na ordem estrutural da sentença. Para a análise dos textos históricos em foco, buscam-se subsídios em gramáticas históricas do mesmo período em que foram escritas as cartas do *corpus* da dissertação, como o *Manual do Secretário Português* de 1801 e a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, de Jerônimo Soares Barboza (1866). O primeiro dispõe de fórmulas para uma boa escrita das cartas oficiais, já o segundo trata das peculiaridades normativas dos padrões da Língua Portuguesa daquele período. Foi necessário buscar subsídios nas gramáticas da época para saber como era tratado o tema da colocação dos termos na oração (HUBER, 2006; GIBRAIL, 2007; BARBOSA, 1822; PONTES, 1987; CASTILHO, 2007; CASTILHO, 1998) e saber como era dada a sua ordem na sentença, além de investigar se qual era o padrão para aquela escrita.

Para analisar as construções de tópico em *corpus* diacrônico, o presente estudo partiu de algumas discussões sincrônicas sobre a definição de topicalização no Português atual, dentre eles destaca-se a que é abordada por Eunice Pontes (1987) em sua clássica obra “O Tópico no Português do Brasil”, bem como os estudos históricos sobre o PB apresentados por Fonseca (2003), Castilho (2001), Silva (2004), Silva (2008) e outros.

Acerca da mudança sintática dentro dos textos, o presente estudo parte da teoria das Tradições discursivas, que propõe uma análise teórica voltada para a mudança do gênero, envolvendo os aspectos linguísticos e textuais. Em LH ressalta-se a importância de perceber o fenômeno da mudança por qual passam as línguas devido a variados fatores de ordem interna

e externa à língua e nessa proposta, leva-se em consideração ambos os fatores para este estudo, uma vez que, não se pode estudar a língua em sua completude sem levar em consideração os elementos que envolvem a cultura e a história que envolvem o contexto da língua, ou dos autores que escreveram textos, como é o caso das cartas oficiais da Paraíba que constituem objeto de análise desse estudo.

Dentro dos estudos históricos da linguística a que se propõe estudar esta dissertação, é imprescindível levar em consideração a definição de língua proposta por Coseriu (1979, p.52) de que a língua é um saber falar, saber como se fala numa determinada comunidade e segundo uma tradição, uma vez que, existem fórmulas para falar e escrever. Sobre essa concepção Linguística, Coseriu (1979) compreende a língua em seu estado dinâmico, como *energeia*, sentido empregado por Humboldt, para quem as línguas eram um produto social em constante mudança.

Para desenvolver a discussão acerca das Construções de Tópico dentro da TD Carta Oficial, esta dissertação foi estruturada em quatro capítulos: o primeiro diz respeito à fundamentação teórica em que estão dispostas as duas teorias norteadoras do presente trabalho, a saber: a teoria das Tradições Discursivas observada em alguns teóricos dos estudos filológicos alemães como Kabatek (2006) e Coseriu (1979), bem como sobre a disposição tipológica das línguas descrita por Grenberg (1966) e corroborada na proposta apresentada na de Pontes (1987) sobre o tópico no português do Brasil.

O segundo capítulo diz respeito à história social do Português brasileiro no século XIX, período marcado pela chegada da imprensa no Brasil e da mudança da corte portuguesa para o país, em que é possível destacar a criação dos primeiros Liceus do Brasil; ainda no segundo capítulo apresenta-se um tópico sobre a educação no Brasil no período imperial, bem como sobre a escrita desse período.

No terceiro capítulo foi desenvolvida a análise do *corpus*, a partir das teorias exposta no trabalho, em que são apresentadas as características das cartas, dos autores e da escrita da época; neste capítulo também são apresentados os resultados das ocorrências das construções de tópico, bem como o tipo e a ordem dos constituintes mais frequentes nos manuscritos.

No último capítulo são feitas as considerações finais acerca do trabalho, bem como dos resultados obtidos na análise.

2. LINGUÍSTICA HISTÓRICA: DAS ORIGENS DAS LÍNGUAS À SINTAXE HISTÓRICA

2.1 Os caminhos da Linguística Histórica

Para iniciar qualquer discussão teórica no âmbito da Linguística, é importante relembrar os estudos desenvolvidos ao longo de dois séculos, antes e pós Saussure, encontrando um recorte onde para os estudos em Linguística Histórica, os quais por algum tempo foram deixados de lado em detrimento das pesquisas em nível sincrônico e diacrônico, focando aspectos formais intralinguísticos.

Conforme apresentam diversos manuais, a Linguística apenas adquiriu de fato o seu status de ciência a partir do século XX, pois antes disso, os estudos sobre a língua eram distribuídos por fases sem haver uma preocupação científica em se caracterizar o seu objeto de estudo. Esses estudos se distribuíram em três períodos: o primeiro foi o período filosófico, o qual teve os gregos como representantes dessa fase, eles tentavam estabelecer os estudos sobre a origem da linguagem humana e a relação entre a língua e o pensamento. Nesse período importava o conceito de gramática como a arte de ler e de escrever, envolvendo os estudos sobre a Etimologia e a Semântica.

O segundo momento corresponde aos estudos históricos sobre as línguas, nos quais, tentava-se, por meio do método comparativo, descobrir a origem das línguas européias. O método comparativo é um dos principais procedimentos nos estudos de Linguística Histórica (LH). Com ele foi possível estabelecer o parentesco entre línguas. Por volta do século XVIII começou-se a estudar as civilizações antigas, com isso buscou-se investigar a língua sagrada dos Vedas, o sânscrito, língua clássica dos hindus, bem como o Latim e o Grego. Um dos estudiosos importantes neste sentido foi o inglês William Jones, o qual realizou pesquisas históricas sobre essas línguas, usando o método comparativo (FARACO, 2005). As pesquisas evidenciaram semelhanças entre as línguas nas formas gramaticais e nas suas raízes verbais. Esses estudos culminaram na idéia de que haveria uma língua mãe, de onde todas as outras descenderiam como em uma árvore genealógica.

No fim do século XVIII e no início do século XIX, os estudos históricos dos comparativistas ficaram ainda mais evidentes. Franz Bopp e Friedrich Schlegel¹ foram os responsáveis pela gramática comparativa na Alemanha. Ambos reforçaram a tese de William Jones, mostrando o parentesco entre o Sânscrito, o Latim, o Grego, o Germânico e o Persa. A partir das observações sobre as relações entre essas línguas, era possível estabelecer o parentesco entre elas, exibindo correspondências sistemáticas e não apenas aleatórias e casuais. Outras línguas como o Lituano, o Esloveno, o Celta e Albanês foram incluídas no estudo de Bopp. Foi, a partir desse método, por exemplo, que se estabeleceram relações de semelhanças entre as línguas românicas como o Português, o Italiano, o Castelhanos e o Francês e, também, supor que todas elas teriam origem comum no Latim usado pelas pessoas comuns. A partir da comparação entre o Espanhol, o Latim e o Português tornou-se possível explicar a aproximação entre essas línguas.

Chegou-se à conclusão de que os grupos de consoantes iniciais “pl”, “cl”, e “fl” do Latim passa para o Galego Português como “ch” e no espanhol para “ll”, conforme Teyssier (1998, p. 14). Assim, nos vocábulos latinos “*planu*”, “*clamare*” e “*flagrare*”, apresentam-se em galego Português sob as forma de “chão”, “chamar” e “cheirar”, respectivamente; já no espanhol encontram-se essas mesmas palavras latinas (com exceção do grupo “fl”) realizadas com as iniciais “ll” como *Llano* e *Llegar* (chão e chegar).

Esse método é caracterizado como indutivo, no qual se procurava mostrar o processo da mudança das línguas sem seguir uma sequência cronológica. Coletavam-se documentos de diferentes épocas e fazia-se uma comparação, a fim de checar as diferenças e reconstituir uma possível “língua mãe”. Segundo Sousa (2006, p. 46), no centro da reflexão histórico-comparada está o conceito de famílias de línguas geneticamente relacionadas e derivadas paralelamente, a partir de uma língua mãe.

Costuma-se separar os estudos comparativos dos estudos histórico-comparativos, pois o primeiro utilizava o método indutivo, sem recorrer à documentação de etapas anteriores da língua, já o método histórico-comparativo, conforme atesta Sousa (2006, p. 17), acrescenta à análise uma dimensão documental, buscando registros dos eventos anteriores.

¹ Nesse período iniciaram-se os estudos tipológicos das línguas que buscavam classificá-las tomando por base os aspectos morfológicos. No próximo tópico será apresentada a idéia de classificação tipológica das línguas.

Fundamentalmente, porém, tanto a tradição comparada como a histórico-comparada procuravam recompor, a partir de um conjunto de fenômenos recortados no presente, um passado compreendido como sucessão de etapas linearmente agrupadas, unidirecionalmente orientadas – portanto, reversamente recuperadas. Esta perspectiva implica num pressuposto forte: o de que as línguas mudam naturalmente com o tempo. (SOUSA, 2006, p. 17).

Os estudos pós-comparativistas foram apresentados pelos neogramáticos que propunham que as leis de evolução fonética agem de maneira absolutamente regular, admitindo exceções apenas quando sua ação é contrariada pela ação da força psicológica. (ILARI, p. 19, 2007). Além disso, os estudos realizados neste âmbito pautavam-se sempre na análise das línguas vivas, onde os processos de evolução linguística poderiam ser vistos em ação. Os estudos de Saussure surgem nesta perspectiva.

O terceiro momento é marcado pelos estudos estruturalistas da linguagem. No início do século XX, conforme Sousa (2006, p.18), o advento do estruturalismo aborda outro foco nos estudos da língua, deixando de lado as investigações em nível histórico, já que ela passou a ser percebida como um sistema de signos, no qual o falante não interfere e suas mudanças ocorreriam intrinsecamente no sistema linguístico. Para Saussure (2006), o objeto de estudo científico passa a ser a língua, em detrimento à fala, desta forma, a língua era compreendida estática e atemporal. Assim, separam-se os estudos sincrônicos dos estudos diacrônicos da língua.

Saussure, em sua obra póstuma intitulada de Curso de Linguística Geral (2006) descreveu os estudos científicos voltados para a língua, os quais foram dispostos em dicotomias, discriminando aquilo que era objeto de análise dessa ciência e o que não interessava a ela. A proposta saussureana coloca que a análise da língua deve-se voltar para o próprio sistema, isto é para ela mesma. Para isso, Saussure distinguiu a *langue* da *parole*, a primeira refere-se ao sistema linguístico, de maneira estática, e a outra refere-se ao uso.

Nesse período, interessava à ciência, em qualquer área, definir um objeto de análise que não sofresse interferência humana, como acontece com o discurso oral. Segundo o genebrino, a *parole* está no âmbito particular, individual, ao contrário da língua, que foi definido a partir da metáfora do xadrez como um sistema abstrato composto por unidades opostas entre si e que são capazes de estabelecer relação de valores em combinação. Essa relação é o que atribui sentido às palavras. Está depositado como produto social na mente de cada falante de uma comunidade, possui homogeneidade e por isto é o objeto da Linguística propriamente dita.

Assim como a distinção entre língua e fala, Saussure (2006) separa os estudos da Linguística em: sincronia e diacronia. A primeira é o objeto desta ciência, uma vez que faz referência às línguas vivas, e a outra, diacronia, por estar voltada em um único momento na história da língua, deveria ser direcionada e estudada por uma ciência específica a ela, já que a Linguística no âmbito da sincronia não daria conta. Conforme Silva (2008, p. 35):

Com o advento do estruturalismo, que pode ter 1916 (cem anos depois de Bopp) como seu marco inicial, estabelece-se um novo momento revolucionário na história da Linguística, tendo proposto F. de Saussure que a língua é um sistema que tudo equilibra e que preexiste ao indivíduo, já que considera a *langue* um fato social, lança as bases para uma metodologia de análise sincrônica que demonstrou ser extremamente frutífera. Saussure cria, contudo, o impasse para a mudança linguística, transferindo para a *parole* a mudança. Para ele é o sistema abstrato o objeto central de estudo da Linguística, excluindo assim a mudança dessa ciência. Continuará Saussure a entender a mudança como a entenderam os neogramáticos, de quem recebe a sua formação. (SILVA, 2008, p. 35)

Embora Saussure (2006) separe a sincronia da diacronia, ele reconhece a importância desses estudos, uma vez que os primeiros estudos realizados nos séculos XVIII e XIX pela comparação entre línguas são realizadas em nível histórico. Saussure (2006) postulava que a diacronia poderia ser estudada, porém, levando em conta o próprio sistema, sem envolver a história e os fatores externos ao sistema linguístico, conforme aponta Sousa (2006) ao distinguir a diacronia dos estudos históricos da língua:

Será, portanto importante distinguir a cisão sincronia-diacronia da diferença entre a perspectiva não-histórica (ou a- histórica) dos fenômenos da língua. A cisão sincronia/ diacronia remete à inclusão ou exclusão da dinâmica temporal- cronológica em nossa perspectiva dos eventos – e pode muito bem estar ligada a uma concepção desses eventos como abstratos, ou suspensos no tempo histórico. A separação entre a perspectiva não- histórica não remete necessariamente ao problema da dinâmica da diacronia – mas sim, fundamentalmente, à concepção da língua como objeto teórico historicamente contextualizado ou como um objeto sem dimensão histórica. (SOUSA, 2006, p.24).

Partindo da análise das unidades mínimas da língua que se combinam e estabelecem valores entre si, Saussure (2006) reivindica os estudos linguísticos voltados unicamente para a estrutura interna do sistema. Outras dicotomias foram discutidas em sua obra, tais como: língua e linguagem; paradigma e sintagma.

Este autor reconhecia os fatores externos à língua e que eles estabeleciam estados de mudança, porém, nesse momento, os estudos científicos voltam-se unicamente para um

sistema abstrato composto por signo, em que cada signo seria composto de um significante e um significado. A mudança da língua, pela teoria estruturalista, não deveria levar em conta os fatores externos a ela.

Esse cenário é bem diferente do que acontecia no período dos Neogramáticos e dos Comparativistas, que iniciaram as análises e as investigações sobre a história das línguas partindo de análises comparativas entre línguas consideradas “mortas”, consideradas assim por Saussure (2006), embora os neogramáticos também tenham partido da análise das estruturas das línguas, para estabelecer as relações de semelhanças fonéticas e morfológicas.

Outro momento marcante na Linguística aconteceu por volta dos anos 50, quando Noam Chomsky apresenta um novo modelo de análise, partindo do método dedutivo para realizar investigações acerca da linguagem humana. Chomsky mostrou que era possível, a partir do método dedutivo, estudar todas as sentenças possíveis de uma língua. Inspirado na matemática, Chomsky formula a dicotomia Competência e desempenho. O primeiro estaria ligado ao fato de todo falante possuir a capacidade da linguagem através de um dispositivo biológico, que apenas os seres humanos possuem e o segundo, o desempenho, estaria voltado para o indivíduo, a forma como cada um produz as suas sentenças.

Na concepção gerativa, todo falante é criativo, ou seja, capaz de gerar infinitas sentenças a partir de um conjunto finito de regras. Para Chomsky, a criatividade é o que distingue a comunicação humana da dos outros animais. O papel do gerativismo é tentar compreender como a faculdade humana é processada. Esse modelo se afasta bastante do modelo estrutural e das outras escolas que levavam em conta os fatores extralinguísticos, como a própria Linguística Histórica, a Sociolinguística e a Pragmática.

Os estudos sobre a mudança Linguística também foram alvo do gerativismo, momento conhecido como gerativismo diacrônico. Conforme Silva (2008, p. 43), o pesquisador M.Halle, em seu livro *Phonology in Generative Grammar* lança alguns pontos sobre a mudança. As propostas de Halle voltam-se para o processo de transmissão da mudança de geração em geração. Faraco (2005, p. 165), em relação ao gerativismo diacrônico afirma que:

Pode-se dizer que a Linguística gerativa teve dois momentos distintos: num primeiro, na medida que a gramática era vista como um sistema de regras, as mudanças foram entendidas como processos que alteravam as regras da gramática, eliminando algumas e introduzindo novas ou, ainda reordenando sua aplicação. (FARACO, 2005, p.165)

Ainda conforme Faraco (2005, p.167):

Em fins da década de 1970, a Linguística gerativista abandonou seu modelo tradicional como um sistema constituído de regras específicas adotou um modelo em que a gramática opera restringida por alguns poucos princípios gerais e se preocupa não mais em derivar (obter) sentenças da língua, mas em justificar representações gramaticais possíveis. Ao mesmo tempo, introduziu a ideia de que a gramática universal é um conjunto de parâmetros variáveis, isto é, ela restringe as gramáticas possíveis, mas admite caminhos alternativos. Com isso, a Linguística gerativista a perspectiva já antiga em Linguística de abordar as línguas humanas tipologicamente: embora cada língua fixe os parâmetros variáveis da gramática universal de formas diferentes, assume-se que ocorrem coincidências na fixação de determinados parâmetros, o que permite reunir as línguas, por esses critérios estruturais, em subconjuntos (tipos) que partilham características comuns. (FARACO, 2005, p.167)

Consoante a teoria gerativista, o princípio da mudança das línguas estaria ligado às alterações na fixação de parâmetros, por isso, neste momento da história ela é vista como um processo de mudança tipológica. Essa forma de entender a mudança Linguística ainda concebe a ideia de mudança ligada aos fatores internos à língua, portanto, diferente dos estudos que a própria Linguística histórica moderna propõe.

Os estudos sincrônicos e diacrônicos a-históricos permaneceram fortemente durante a maior parte dos estudos desenvolvidos em Linguística ao longo do século XX. É importante ressaltar que os estudos histórico-diacrônicos são retomados em sua maior parte devido às pesquisas em Sociolinguística quantitativa e variacionista, na década de sessenta com a representação de Labov, e na década de oitenta com o modelo gerativista paramétrico.

Em meados da década de 1980, a Linguística Histórica retoma os estudos diacrônicos voltados para os fatos extralinguísticos. Os estudos voltados para a história nesse período são retomados a partir de seminários com o objetivo central de descrever a história da Língua Portuguesa no Brasil. Nessas pesquisas destaca-se o Projeto Para a História do Português brasileiro (PHPB), coordenado pelo professor Ataliba de Castilho, envolvendo várias instituições e pesquisadores Brasileiros.

Ao descrever a Língua Portuguesa do Brasil, o PHPB demonstra, em muitas de suas pesquisas, que o idioma falado neste território já não é mais o mesmo falado e trazido pelos portugueses em 1500. Embora se aproxime da modalidade europeia, essas duas já apresentam divergências sintáticas, semânticas, morfológicas e fonológicas entre si. O PHPB defende que há, de fato, uma língua Brasileira que se diverge em muitos aspectos do Português Europeu. Dentro desta linha, ressalta-se uma das mais recentes e produtivas áreas nos estudos históricos da língua, fundamental para o estudo em questão, isto é, a linha de estudos das Tradições Discursivas, abordagem voltada para a historicidade dos textos que surge a partir da

ampliação alguns conceitos defendidos por Eugênio Coseriu acerca dos níveis da língua: geral, histórico e particular. Cada um desses níveis será abordado mais adiante na seção que trata das Tradições Discursivas.

Conforme Silva (1998) há vários campos de pesquisa dentro dos estudos histórico-diacrônicos no Brasil, como se pode ressaltar: a) estudos sobre reconstrução da história social e linguística do Brasil; b) estudos sobre a reconstrução diacrônica no interior das estruturas da Língua Portuguesa em direção ao Português brasileiro; c) estudos no âmbito comparativo entre o Português europeu e o Português brasileiro. Essas e outras investigações indicam que os estudos históricos ainda estão muito vivos no Brasil, o que pode levar ao estudo maior sobre a reescrita da história da Língua Portuguesa, que, segundo Silva (1998, p.31), “das suas origens escritas nos inícios do século XIII até a nossa contemporaneidade não dispõe de um relato histórico circunstanciado e fundamentado teórica e empiricamente”.

Nesse ponto há certa dificuldade encontrada pelo pesquisador em Linguística Diacrônica de não poder descrever em sua totalidade a linguagem registrada nos textos escritos. Na verdade, essa dificuldade diz respeito ao “ouvir o inaudível” para citar o termo usado por Silva (2008) quando caracterizava esse tipo de pesquisa (LASS, 1997, In: SILVA, 2008). Embora o foco das análises desse estudo seja o de representar a realidade linguística, sabe-se que grande parte dessa realidade é encoberta, conforme cita Silva (2008) ao usar o termo “ouvir o inaudível”.

No item seguinte serão apresentadas as duas teorias de base do presente estudo: discussões acerca das Tradições Discursivas, que vem sendo uma abordagem atual dentro da LH e que é voltada para as investigações acerca da historicidade dos textos; além disso, será discutida a perspectiva da tipologia linguística, com foco na Topicalização de estruturas como parte da tradição do gênero carta, presente nas análises desse trabalho.

3. AS TRADIÇÕES DISCURSIVAS E A TIPOLOGIA DAS LÍNGUAS

3.1 Tradições Discursivas: uma abordagem atual nos estudos históricos dos textos

A escrita e a oralidade seguem normas específicas que caracterizam cada uma delas; segundo o Kabatek (2006), essas normas podem ser compreendidas como tradições, ou seja, modos de falar e de escrever que possibilitam a interação e a compreensão entre os falantes. Quando se fala sobre os estudos em Tradições Discursivas, fala-se também, de maneira especial, sobre os gêneros textuais bem como à sua composição.

Um determinado gênero costuma apresentar determinadas características que lhes são comuns, e estas mesmas características, chamadas de tradições discursivas, delineiam o gênero de modo a diferenciar este daquele outro texto. Além disso, essas Tradições Discursivas podem sofrer mudanças ao longo do tempo, que poderão, por exemplo, acarretar em outros novos gêneros. Para exemplificar como se manifesta a Tradição Discursiva nos textos, pense-se, por exemplo, na expressão “Era uma vez...”, é comum identificar esta sequência na abertura dos contos de fada, pois já faz parte da tradição discursiva desse gênero textual. Da mesma forma, quando se fala na tradição discursiva de cartas oficiais, remete-se a algumas características ligadas a linguagem em pregada e à composição do gênero.

Nesta perspectiva, incluem-se os estudos linguísticos de Eugênio Coseriu (1979). Partindo da dicotomia saussuriana a respeito de língua e fala, Coseriu (1979) inclui nessa visão o item norma. Em seu livro intitulado “Sincronia, Diacronia e História”, Coseriu (1979) propõe a seguinte tricotomia: sistema, norma e fala. Tomando por base Humboldt (FARACO, 2005), pode-se afirmar a língua era compreendida de duas maneiras: dinâmica, denominada de *energeia*; e estática, segundo a qual a denominou de *ergon*. Sendo *energeia*, a língua é compreendida em constante movimento, que analisada em sua totalidade, as mudanças que nela ocorrem não se explicam apenas dentro do sistema, mas, dentro de uma comunidade de falantes que usam e modificam as suas normas e os seus padrões, de acordo com as necessidades comunicativas.

Dessa forma, Coseriu (1979) não descarta a fala dos estudos linguísticos, já que o dinamismo da língua só é possível acontecer através da fala, pois é no uso que se concretizam as mudanças linguísticas. Conforme Fonseca (2005, p. 48), sobre os estudos desempenhados

por Eugenio Coseriu (1979), acredita que este último desempenhou papel pioneiro ao tomar a língua como matéria viva e evolutiva, que o homem inova sem cessar. Essa visão se opõe à visão estática colocada por Saussure (2006), já que este acreditava que a língua era compreendida dentro do seu próprio sistema abstrato de formas, em permanente sistematização. Para Coseriu (*op.cit*), a língua só funciona e só se realiza na atividade concreta do falar, pois, a língua só existe no falar dos indivíduos que a usa. É por isso que o falar é sempre “falar uma língua”. (COSERIU, 1979)

Para Coseriu (1979), é através da norma que o falante provoca alterações Linguísticas no sistema. O sistema nesse sentido seria um sistema de possibilidades, de coordenadas, que segundo o autor, indicam caminhos abertos e caminhos fechados; pode ser considerado como conjunto de “imposições”, e neste ponto acrescenta-se também o conjunto de liberdades, com infinitas realizações que não afetam as condições funcionais do instrumento linguístico. A norma é, com efeito, um sistema de realizações e de imposições sociais e culturais, que varia segundo uma comunidade de falantes.

A ideia de norma de Coseriu (*op.cit*) pressupõe um modelo seguido por uma determinada comunidade de falantes em uma determinada época. Com essa nova perspectiva linguística, pode-se inferir que todos os falantes estão presos por uma ou várias normas e através delas é possível compreender e ser compreendido. São as regras (normas) compartilhadas entre os falantes que possibilitam a comunicação na língua. Inclui-se, nessa perspectiva, não apenas as regras gramaticais, mas o entendimento do léxico, de expressões, gírias que se fazem comum entre os falantes, bem como as formas textuais.

Segundo Coseriu (1979), nessa perspectiva linguística, a língua deve ser vista em três níveis: universal, histórico e particular. O nível universal trata do falar, ou seja, a ação concreta considerada em geral entre pessoas de qualquer lugar. Esse plano está voltado para a capacidade humana de falar. No plano histórico, está o fato de se referir ao modo de falar de uma determinada comunidade em uma determinada época, por isso compreende-se que a língua está sujeita às mudanças no tempo e é particular no que diz respeito ao discurso de um indivíduo em determinada situação comunicativa. Na esfera particular, situa-se o indivíduo, o qual toma conhecimento da língua e faz uso das normas que compõem a língua.

Assim, Coseriu (1979) afirma que não se tratam de três realidades distintas, mas de três maneiras de encarar a mesma realidade e diz que o falar é uma atividade universal que se realiza por indivíduos particulares enquanto membros de comunidades históricas. É nesses três níveis que repousam as mudanças linguísticas.

Conforme Kabatek (2006, p.506):

A distinção entre o nível universal do falar em geral, é comum a todos os seres humanos e anterior à diferenciação babélica das línguas; aqui se encontra o dispositivo geral do homem para falar, para comunicar-se por meio de signos linguísticos que designam o mundo da experiência. O segundo nível é o histórico das línguas como sistemas de significação historicamente dados, atualizados, no terceiro nível, em textos ou discursos concretos. Corresponde ao primeiro nível a designação como atividade Linguística universal, atribuição de signos a mundo de objetos, realizada desde o segundo nível com signos de uma língua particular que, na realidade, criam uma visão particular desse mundo, a partir de significados de uma língua e concretamente na atualização em atos individuais com a finalidade e o seu sentido particular. Os três níveis estão concomitantes quando se fala e unicamente se podem derivar a partir de atos concretos, já que não se pode falar “universalmente” sem falar uma língua e sem produzir textos, e não se pode falar uma língua como sistema de signos sem que seja mediante textos. (KABATEK, 2006, p.506)

O conceito de a mudança linguística, partindo dos três níveis linguísticos, amplia-se sob a denominação de Tradição Discursiva (TD). Para Kabatek (2006), as Tradições Discursivas referem-se à repetição de um texto, de uma forma textual ou de uma maneira particular, de um modelo de escrever ou de falar que adquire valor de signo próprio que, conforme Simões e Kewitz (2006, p. 1019), encontra-se no próprio texto. Acerca das TDs, Simões e Kewitz (2006, p. 1019) afirmam que:

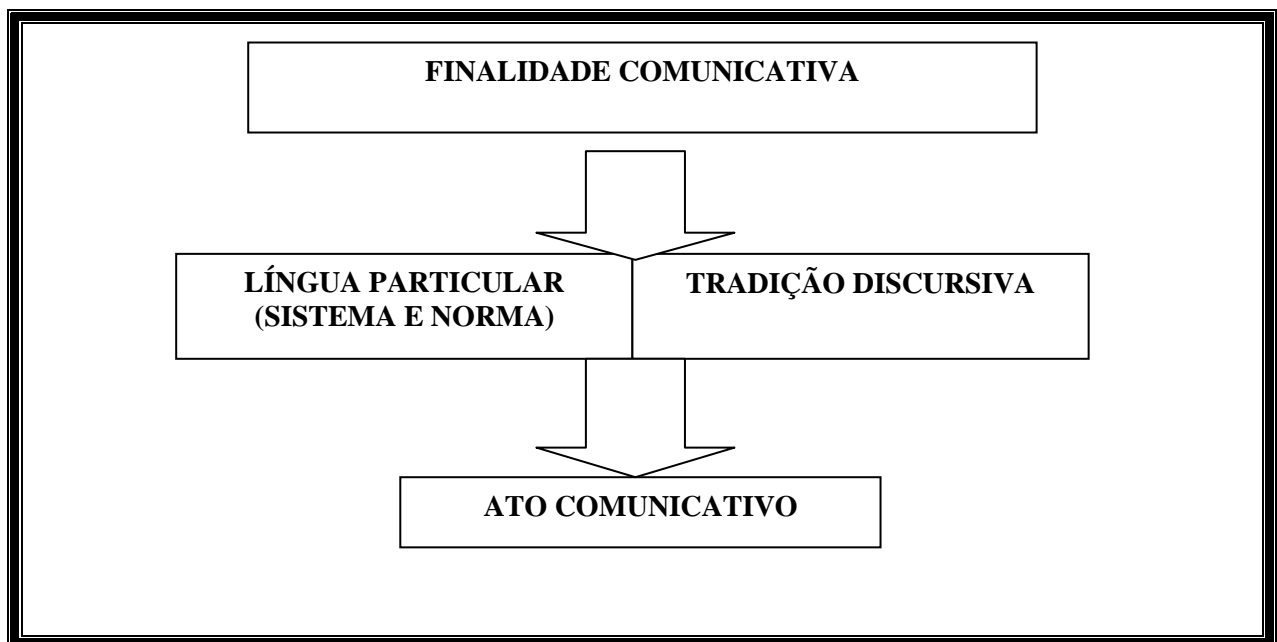
Se refere a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, entendidos como tarefa comunicativas expressas através de fórmulas, tais como agradecimento, reclamação, requerimento, oposição, informação, etc. “cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição”. (SIMÕES, 2006, p. 1019)

Kabatek (2006) compreende que, para cada gênero, há uma tradição, ou seja, um modelo para se falar e ser escrito, daí a noção de regra, que, nesse caso, se amplia para a noção de gênero, ou seja, um modelo que é compartilhado pela comunidade linguística, que possui regras e que varia de acordo com a necessidade comunicativa da comunidade de falante. A noção de tradição já era proposta por Coseriu em 1979, quando este linguista afirmava, a respeito da língua, que saber falar uma língua significava saber como se fala numa determinada comunidade, segundo uma determinada língua e segundo uma tradição. Trata-se aqui de um modelo da fala ou da escrita que permite o entendimento entre os indivíduos, o que permite às pessoas não falarem aleatoriamente, pois há uma tradição e um modelo a ser seguido pelos falantes. Conforme Coseriu (1979, p. 64):

O falante não emprega outra técnica, mas utiliza o sistema que se lhe oferece pela comunidade e, mais ainda, aceita também a realização que a norma tradicional lhe proporciona, porque esta é a sua tradição. Não inventa totalmente a sua expressão, mas utiliza modelos anteriores, justamente por ser este indivíduo histórico e não aquele: por que a língua pertence à sua historicidade, ao seu modo determinado de ser. (COSERIU, 1979, p. 64)

O modelo, ao qual se refere Kabatek (2006), permite que os indivíduos se entendam reciprocamente na hora da comunicação. Os estudos sobre Tradição Discursiva surgem na Linguística alemã, especialmente dentro da Linguística românica e segue a tradição dos estudos de Eugenio Coseriu (1979). A sua origem remonta à década de 1960, com o surgimento da Linguística do Texto e da Pragmática. Conforme Silva (2008, p. 146), sobre os diferentes estudos dentro do campo da textualidade foram identificados os seguintes: 1) considera-se a textualidade partir de elementos sintáticos e lexicais que aparecem em cada texto; 2) descreve-se a textualidade a partir do conteúdo, distinguindo a micro-estrutura da macroestrutura, assim como padrões gerais (textos descritivos, técnicos); 3) considera-se o texto a partir de sua inserção situacional, numa relação de determinação entre tipo de texto e a situação de sua elaboração e considera-se o texto a partir da sua função ou finalidade comunicativa.

Figura 1 – Tradições Discursivas



Fonte: adaptado de KABATEK, 2006, p. 4

Segundo Kabatek (2006, p. 4), todo texto (constituído de enunciados escritos ou falados) passa por dois filtros, conforme o esquema apresentado na Figura 1. Para este autor, o “duplo filtro” corresponde à “dupla historicidade” e afirma que: “una lengua es un saber común de una comunidad históricamente dada, y la historicidad textual, dada por la historia de los textos o discursos”. (KABATEK, 2006, p. 4).

Assim como na escrita existem variados gêneros textuais², como o gênero epistolar, diário, receita, etc., na fala existem diversos modelos orientados para diferentes situações que seguem um padrão a ser cumprido pelos falantes, padrão que não deve ser confundido com regras gramaticais. É interessante observar que em muitos casos essa tradição pode variar de um lugar para outro devido ao contexto histórico e cultural presente naquele lugar, que acaba por influenciar na forma de se expressar desses falantes.

É comum também, o contato linguístico entre os falantes cultos ou *semicultos* o que desencadeia elementos linguísticos diversos em variados gêneros. (OESTERREICHER, 1996) Com isso, entende-se que, quando um falante desconhece, por exemplo, a norma padrão de sua língua, é provável que isso transpareça na sua escrita, fato que pode provocar variações bem como mudanças entre os elementos textuais do gênero, ou no próprio gênero.

O sujeito em sua ação comunicativa, antes de proferir seus enunciados, sejam eles escritos ou falados, passam por dois filtros: de um lado o falante estabelece as escolhas dentro do conjunto de regras e itens disponíveis numa língua em particular; do outro lado aparece o filtro correspondente, a Tradição Discursiva, que envolve determinado contexto, permitindo ao indivíduo escolher o gênero textual que melhor se enquadre ao objetivo comunicativo.

Deve-se ressaltar que os estudos em Tradição Discursiva incluem o estudo do léxico, da morfologia e da sintaxe dos textos. Quando o falante desconhece as fórmulas de um determinado gênero, ele pode escrever um texto não compreensível para o seu destinatário. Isto se deve ao fato de todos os indivíduos seguirem modelos fixos para cada gênero, algo comum a toda comunidade de falantes de uma língua. Cada gênero textual possui função e um objetivo no ato da comunicação, os quais podem sofrer alterações nesse âmbito ao longo de sua evolução, na história da língua.

Os estudos voltados para as TDs tentam encontrar as possíveis mudanças, pelas quais sofreram determinados textos, apontando até que ponto essa tradição permaneceu e como se configurou a mudança no gênero. O estudo das TDs, conforme Kabatek (2006) tem várias aplicações e uma delas seria a relação com a gramática histórica, a fim de se chegar a uma

gramática histórica diferenciada que deixe ver com mais rigor as evoluções e os processos de mudança linguística, uma vez que, ao estudar a história de uma língua, estudam-se os textos de uma determinada época que representam o estado de uma dada língua.

Para exemplificar esse tipo de pesquisa em TD, tome-se como exemplo o gênero Carta, de cunho oficial. Conforme se espera, esse gênero textual deve apresentar uma determinada estrutura composta por determinados pronomes de tratamento, linguagem mais elaborada e específica deste gênero. Porém, é possível encontrar traços da oralidade nesses textos, devido, muitas vezes, à inabilidade de quem escreve, conforme aponta Fonseca (2005) acerca das cartas oficiais da Paraíba do século XIX. Nesse caso, o que varia não é o modelo, mas sim os aspectos ligados ao léxico e à morfossintaxe que aparecem nesse gênero e que caracterizam essa tradição. As pessoas que não tinham tanta habilidade com a escrita, OESTERREICHER (1996) denomina de *semicultos*, uma vez que a escrita desses indivíduos representa a escrita concepcionalmente falada, ou seja, mais voltada para a oralidade do que para a própria escrita.

A questão da mudança na perspectiva sintática, por exemplo, pode acarretar em uma mudança dentro do gênero. Isso é perceptível em algumas cartas oficiais da Paraíba do século XIX, haja vista, em alguns casos, os escrivães não dominarem a tradição normativa da língua empregada nessas cartas.

A mudança no gênero, em algumas situações, pode acarretar a origem de outro gênero, como foi o caso da carta e do bilhete, devido às necessidades comunicativas dos falantes. Acerca dos gêneros textuais, Marcushi (2008, p.154) afirma:

É impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero, assim como é impossível não se comunicar verbalmente por algum texto. Isso porque toda manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em algum gênero. Em outros termos, a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual. (MARCUSHI, 2008, p. 154)

Ainda segundo Marcushi (2008, p. 159): “Os gêneros textuais são dinâmicos, de complexidade variável, (...) são sócio-históricos e variáveis”. Essa afirmação corrobora com a perspectiva de que os gêneros textuais não são fixos, pois podem sofrer mudanças ao longo do tempo, que podem ser percebidas a partir do estudo dos elementos que compõe a tradição de um determinado gênero, tanto em nível estrutural, quanto em níveis sintático e morfológico.

² Acerca de gêneros textuais, Marcushi (2008) define o termo como: formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas.

3.2 A Tipologia Linguística e a ordem dos constituintes

A abordagem acerca da tipologia linguística considera que existem padrões capazes de reger os sistemas linguísticos. Trata-se de uma espécie de regularidade por qual passam as línguas e que é passível de classificação. Essa proposta formula que há padrões universais que estabelecem certa unidade entre os fenômenos linguísticos. Os estudos tipológicos, no entanto, divergem da taxonomia, uma vez que, como aponta Greenberg (1963, in: Maia 2006), o primeiro apresenta um objetivo tríplice. Isso remete a visão tripartida da realidade humana, a qual pode ser expressa da seguinte forma: todo homem é, em certos respeitos, como todos os homens; como alguns outros homens; ou com nenhum outro homem. Tomando por base essa analogia, percebe-se um enfoque geral, classificatório e caracteriológico dessa investigação.

Na Linguística, a abordagem da classificação por tipologia já ocorria no século XIX, com a tentativa de classificar morfologicamente as línguas em isolantes, aglutinantes e flexionais. Nas línguas isolantes, foi comprovado que os vocábulos são morfologicamente invariáveis, como no caso do Chinês; nas línguas aglutinantes, foi identificado que havia processos morfológicos de acréscimo sucessivo de afixos à raiz, ou seja, os vocábulos são divisíveis em uma série de elementos distintos e cada afixo indica uma categoria gramatical diferente, como a de gênero, pessoa ou número, por exemplo. Um exemplo de língua aglutinante é o caso do Turco. Nas línguas flexionais ocorre que as categorias gramaticais são indicadas pela variação da forma, como acontecia com o Latim. Conforme Faraco (2005, p.171), as palavras, nesse caso, não têm um afixo para cada categoria e as flexões costumam representar várias categorias gramaticais simultaneamente, como no caso do vocábulo *bonos* que indica caso acusativo, número plural e gênero masculino.

Acerca disso Faraco (2005, p.170) afirma que:

Ao lado dessa classificação, os linguistas têm discutido, em diferentes momentos da história de sua ciência, a possibilidade de agrupar línguas por critérios estruturais, isto é, pelas características que elas partilham em termos de organização interna: é chamada classificação tipológica. As primeiras propostas nesse sentido, feitas no século XIX por Schlegel e mais tarde por Schleicher, tomavam como critério a classificação morfológica das línguas. FARACO (2005, p.170).

Essa investigação demonstrava os seus resultados de maneira classificacional, porém, o termo tipologia só foi utilizado pela primeira vez, no século XX, entre os linguistas da Escola de Praga. A partir das pesquisas e dos trabalhos como os de Mathesius, Humboldt e

Whorf. Procurava-se, a partir dessa abordagem, definir características específicas que classificam e singularizam uma língua.

O enfoque generalizante da língua repousa nos princípios universais regulares em funcionamento nas línguas, refere-se, em termos mais amplos, por exemplo, ao fenômeno da linguagem, isto é, o fato de que todos os homens podem dominar qualquer língua, na fase da aquisição da linguagem. Não importa qual seja a origem da criança, esta é capaz de vir a falar com habilidade nativa qualquer língua do mundo.

O estudo sobre os universais linguísticos desmembrou-se, na segunda metade do século XX em duas abordagens metodológicas distintas: uma que partia de procedimentos hipotético-dedutivos, com enfoque na investigação das estruturas abstratas de uma única língua e tentava explicar os universais da teoria do inatismo, ligada à gramática gerativa de Noam Chomsky. A outra abordagem voltou-se para o uso do método indutivo, denominada de gramática tipológica universal, que é foco do presente estudo. Acerca dos estudos tipológicos, Maia (2006, p. 182) coloca a seguinte afirmação:

A tipologia contribui também para a descrição das línguas, especialmente aquelas pouco documentadas, pois permite ao pesquisador prever estruturas e confrontar seus dados com parâmetros universais. Dessa forma, o linguista orientado para os estudos diacrônicos encontra na tipologia um quadro de referência valioso para a reconstrução das línguas. (MAIA, 006, p. 182)

A abordagem tipológica permite, em um primeiro momento, a pesquisa nos quatro níveis de organização dos sistemas linguísticos, ou seja, os níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico. A proposta do norte-americano Joseph Greenberg colocada na década de 1960 acerca da ordem é uma das orientações mais recentes dentro desse modelo de análise, voltado para a sintaxe. Nessa proposta de ordenação sintática, têm-se estruturas do tipo SVO, SOV, VOS, VSO, e assim por diante, cuja ordem canônica seria, em princípio, a ordem sujeito-verbo-objeto, sujeito-objeto-verbo, verbo-objeto-sujeito, etc., sendo que nem todos ocorrem com a mesma frequência nas línguas do mundo. A ordenação não aconteceria por mero acaso, segundo Greenberg (1966), pois há uma correlação entre os padrões gramaticais estabelecidos nas sentenças.

A proposta colocada por esse autor tentava fixar padrões de correlações entre os enunciados, usando a noção de implicância, ou seja, “se X, então Y”. Com essa postulação, convencionou-se dizer que nas línguas SVO contém preposições; os verbos auxiliares precedem os principais, as orações relativas seguem os substantivos, e assim por diante. Já

nas línguas SOV em correlação às línguas do tipo SVO, conforme aponta Faraco (2005, p. 1973), há posposições, os verbos auxiliares seguem os principais e as orações relativas precedem os substantivos. A forma mais comum entre as línguas do mundo, colocada em uma pesquisa feita por Dryer (1992, in Maia, p. 183, 2006) é a ordem SOV, forma que não é aceita pela comunidade de falantes do Português.

A frequência com que ocorrem as ordenações dos constituintes na sentença em várias línguas do mundo foi colocada por Dryer em porcentagem e descrita no gráfico 01.

Há uma tendência em acreditar que na passagem do latim para as línguas românicas, permitiu uma organização diferente entre essas línguas, que passaram do tipo SOV para SVO, fato que poderia explicar a forma como as mudanças ocorreram e a forma dessas línguas hoje, segundo estudo feito por Harris (1978) sobre a evolução sintática do francês.

Conforme as análises de Greenberg (*apud* Maia, 2006) há dois princípios subjacentes à noção da tipologia da ordem dos constituintes: o princípio da dominância e o princípio da harmonia. No princípio da dominância acredita-se, por exemplo, que se o objeto pronominal segue o verbo, o mesmo acontecerá ao objeto nominal, ou seja, o segundo só precedo se o primeiro o fizer. Conforme esse princípio pode-se inferir que há a harmonia entre esses padrões, de modo que há uma tendência geral, por exemplo, nas línguas denominadas de comentário seguir o tópico.

Contrário às análises de Greenberg, Lehman (In: Maia, 2006) quando fala sobre os universais dos padrões linguísticos, acredita que o verbo seria o termo mais importante a constituir o padrão das línguas, tomando VO e OV como índices para a predição dos demais parâmetros. Com isso, esse estudioso acreditava que a ordem do sujeito seria irrelevante para a classificação tipológica das línguas, fato que se pode comprovar na Língua Portuguesa, embora a gramática escolar não apresente o verbo como termo essencial da oração, os falantes desta comunidade linguística realizam orações plenas sem sujeito, corroborando com a ideia de que o sujeito não seria um elemento essencial à oração, mas sim o seu verbo. Segundo Lehman (1978, p. 7, In: Maia, 2006, p. 187), há frases simples constituídas apenas por verbos, não se registrando, entretanto, frases exclusivamente por sujeitos.

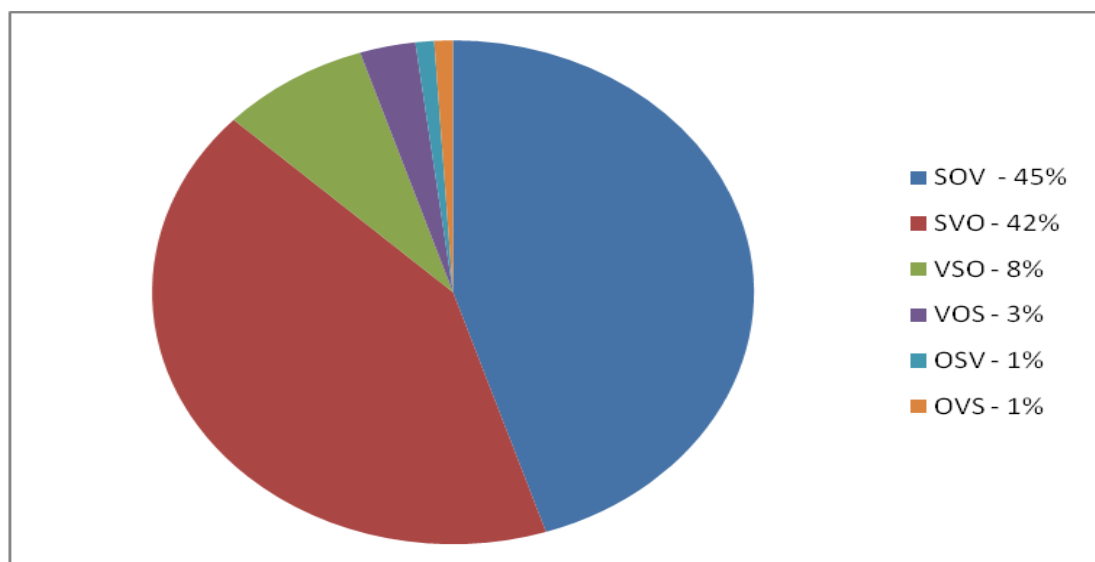
Apesar de produtivo, os estudos abordando a tipologia linguística se realizaram em sua maior parte voltados para o entendimento da mudança linguística dentro do sistema, partindo de uma proposta imanente, sem buscar explicações externas à língua. Cabem aqui alguns apontamentos feitos por Faraco (2005) a respeito dos estudos sobre abordagem tipológica e os estudos gerativos sobre a mudança:

Tanto o gerativismo quanto as análises tipológicas pautam sua interpretação da mudança por critérios fundamentalmente imanentes. De certo modo, ambos não passam de continuadores contemporâneos das perspectivas teóricas que excluem da história das línguas os falantes e sua complexa realidade histórico-social. FARACO (2005, p. 175).

Embora esses estudos tenham se desenvolvidos em sua maior parte desprezando o caráter histórico e social da mudança, os dados apresentados sobre a classificação das línguas dentro da abordagem tipológica constitui uma grande contribuição, que segundo Faraco (2005), é positiva para qualquer disciplina científica, uma vez que o material empírico é parte essencial do trabalho da ciência. No entanto, há a necessidade de se realizar um estudo acerca de como se manifesta a ordem das orações e sobre quais condições o sujeito rompe a ordem canônica da língua. Essa verificação só é possível levando em consideração o fato de que a mudança ocorre em vários níveis como no nível sintático, devido ao uso, e não simplesmente ao fato de as línguas estarem em constante movimento dentro do sistema. A busca pela maior significação da língua, ou mesmo por fatores sociais como o de nível de escolaridade, por exemplo, podem provocar a mudança.

Para compreender a sintaxe do PB no século XIX, em especial como se apresentava a ordem dos termos na sentença, não são necessárias apenas normas gramaticais, já que, muitas vezes só é possível entender determinadas estruturas se a mesma for situada em seu contexto discursivo. A figura a seguir apresenta alguns tipos específicos de seguimentos de ordem nas línguas vivas.

Figura 2 – Classificação tipológica das línguas



Fonte: adaptado de (MAIA, 2006, p.183)

Conforme a figura 2, observa-se que o gráfico apresentado aponta para vários tipos de ordenação nas línguas naturais (MAIA, 2006). Dentre as tipologias, a mais comum é a de ordem SOV, seguida da ordem SVO, que também é frequente na Língua Portuguesa. No entanto, observa-se que essa colocação não é única, sendo possível estabelecer outros tipos de ordenação das línguas.

3.3 A ordem dos constituintes da sentença do Português Antigo e Clássico segundo as Gramáticas Históricas

A dificuldade em haver um padrão próprio da Língua Portuguesa no Brasil, como se percebe, permitiu aos profissionais que trabalhavam com a escrita, muitas vezes, escrevessem conforme o que ouviam e entendiam. Uma prova disso é que nos ofícios analisados é possível perceber que, aquele que escreve não é o mesmo que assina as cartas. Presume-se que alguns desses profissionais, muitas vezes, desconheciam as regras do idioma Português escrito ou que não o dominava por completo.

Os estudos das gramáticas tradicionais da época como é o caso da Gramática de Jerônimo Barbosa, datada de 1822, período seguinte à volta da corte para Portugal, já apresentavam que havia distinções entre as orações inversas e orações “direitas”, termo usado por Barbosa, fato que comprova haver um padrão de ordem dos constituintes na ser seguido na Língua Portuguesa.

Na gramática histórica de Barbosa (1822, p.422-423) já eram postuladas algumas definições sobre o caso de inversão na língua e que é semelhante com a dos gramáticos atuais como Bechara (2009), por exemplo, que denomina inversão unicamente de anástrofe, conforme apresenta a Figura 3:

Figura 3 – A definição de Oração inversa e de oração direta na gramática de Jerônimo Barbosa

A CONTRUCÇÃO invertida he a contraria á direita. Esta pede o sujeito antes do verbo, aquella depois; esta põe o adjectivo depois do substantivo, e o adverbio depois do adjectivo, aquella dantes; esta põe os complementos depois de seus antecedentes, aquella dantes; esta em fim contrahê as palavras na ordem de sua subordinação e regencia, as subordinantes primeiro que as subordinadas, e as regentes primeiro que as regidas de sorte, que a marcha do pensamento vai seguindo a da oração sem suspensão, nem embaraço algum; aquella constroe as palavras pela ordem

445
retrograda, de sorte que o espirito está sempre suspenso á espera das palavras seguintes, de que depende o sentido das antecedentes. Os Gregos e Latinos chamavão *Anastrophe* a estas inversões, e não *Hyperbatos*, como ora lhe chamão nossos Grammaticos.

Fonte: Barbosa (1822, p.422-423)

A partir dessa definição, percebe-se que este gramático prescreve claramente a ordem correta para se escrever sintaticamente os termos no segmento da frase, isto é, a ordem que prever o sujeito anteposto ao predicado. Na citação observada na Figura 3, observa-se que Barbosa (1822) usa a expressão “a marcha do pensamento vai seguindo a da oração sem suspensão, nem embaraço algum” para se referir a uma espécie de boa escrita, ou à escrita correta e coerente das palavras na sentença. O que é ainda mais interessante é que essa proposição sobre a ordem é seguida até hoje pelos manuais normativos da língua, embora já existam vários estudos que comprovem que a quebra da ordem não se trata de um simples recurso estilístico, mas da maneira como vem se apresentando o Português falado no Brasil.

As discussões sobre a ordem do Português, por se tratar de um tema abrangente, no que diz respeito à sua definição e a sua classificação ao longo da história da língua, revelam que a presença da inversão já era corrente em textos mais remotos da língua e que o termo

topicalizado, ou fronteado, era usado com frequência para enfatizar algum termo que o autor destacava com a finalidade de ser mais bem compreendido. Como se percebe, as leituras foram realizadas em vários âmbitos, como nos manuais de gramática do Português antigo bem como em livros atuais saber o que dizem os estudos sobre a questão da colocação dos termos no Português clássico e antigo, bem como identificar se havia uma variação de colocação de termos naquela época.

Em Huber (2006, p.285) é pontuado que a ordem SVO no Português antigo já apresentava variações na língua encontrada nos textos escritos, pois, encontravam-se flutuações de posição entre as partes que conferem ao sujeito, ao predicado e ao complemento. Este ora antecedia o predicado, ora não, e poderia ser ou não retomado por um pronome dentro da oração seguinte. Esse tipo de deslocamento é denominado pelos linguistas atuais de tópico comentário, ou seja, uma estrutura deslocada anteriormente, que pode corresponder ao complemento ou um sintagma nominal colocado no topo da sentença e que sua estrutura seguinte diz algo a respeito desse termo que não coincide com o sujeito da oração.

Segundo apresenta Abaurre *et all* (2009), o Português clássico encontrado nos textos em períodos anteriores apresentava uma forte tendência para que ele fosse classificado como uma língua do tipo V2, ou seja, uma língua na qual existe uma posição pós-verbal, em relação ao sujeito, disponível para ser ocupada por qualquer elemento do sintagma verbal, que recebe, então, a denominação de tópico ou de foco.

Com essa afirmação, a autora supracitada remete para o fato de que o sintagma fronteado nem sempre é retomado por um pronome, e o sujeito pode ser encontrado separado do verbo por outro constituinte. Estudos recentes sobre as construções de tópico no Português clássico foram feitos por Gibrail (2007) revelam essa tendência do idioma desse período apresentar um termo antecedente ao sujeito e ligado ao sintagma verbal, ou seja, anterior ao sujeito e ao verbo. É interessante destacar essa constatação, visto que, mais adiante, é mostrada nas análises a presença dessas mesmas estruturas como o caso do adjunto indicando tempo e o lugar da na carta.

3.4 Os estudos sobre a ordem dos constituintes na oração e o trabalho de Eunice Pontes

A ruptura na ordem estrutural da sentença é considerada por alguns gramáticos uma inversão, ou uma anástrofe, conforme aponta Bechara (2009, p. 82): “chama-se anástrofe a

ordem inversa que colide com a norma geral da colocação”. A disposição irregular dos termos na sentença, para esse gramático segue uma tendência psicológica e estilística, fenômeno este que não se encerra, nem se explica exclusivamente nesses dois pontos. A GT de Bechara (2009) enquadra esse estudo na seção “sintaxe de colocação” e em “Figuras de Sintaxe”, na qual o autor destaca o rompimento por anacoluto e por pleonasma.

Para Mussalim e Bentes (2009, p. 183-184) os estudos sobre Tópico é um dos assuntos em Linguística que não é abordado com tanta homogeneidade, pois, ora ele é tratado como foco (assunto, tópico discursivo), ora como termo separado da oração, sem vínculo com o discurso, apenas como um recurso prosódico (tópico frasal). De acordo com Li, C e Thompson (1986), por exemplo, o tópico é apresentado como foco de contraste, que, por determinado motivo, é colocado no início da oração. É interessante que, além de se identificar o tópico frasal, que se busque compreender não apenas o termo ou a estrutura encabeçada no topo da sentença e que provocaria o rompimento da ordem, mas, compreender em que circunstâncias o falante costuma topicalizar e provocar o rompimento da ordem direta da língua.

O tópico frasal foi postulado pela Escola de Praga, a partir da noção de *tema* e *rema*, embora de natureza semântico-pragmática, é de natureza sintática e em certo sentido equivale ao sujeito do enunciado, por ser aquilo sobre o qual se fala. Em relação a isso, Marcushi (2008, p.134) afirma que em uma frase do tipo “Paulo comprou um livro”, *Paulo* seria o tópico (tema, também chamado de dado), ou seja, o conhecido e sobre o qual se fala, “comprou um livro” seria o comentário (rema), ou seja, o novo, aquilo que se diz e informa no enunciado. Acrescenta-se a essa definição semântica e pragmática de tópico uma perspectiva discursiva textual, na qual se tem a noção de continuidade e descontinuidade do texto, como a passagem de tópicos antigos para tópicos novos. Segundo Araújo (2006, p. 24):

Em geral, considera-se que a distribuição da informação no texto ocorre do conhecimento dado para o conhecimento novo, o que, em termos sintáticos, produz a ordem tópico/comentário e, dentro deste, o foco. O tópico se refere à informação de conhecimento apenas do falante/escritor e que ele supõe que o ouvinte/leitor desconhece. (ARAÚJO, 2006, p. 240)

Outra definição sobre o tema foi destacada por Castilho (2007), na obra de Rodolfo Ilari (2007), em que também é apresentado um estudo sobre o Português brasileiro e o Português Falado em Portugal, destacando o fenômeno da topicalização tanto na fala quanto na escrita. Castilho (2007, p.256) afirma que a topicalização é “uma tendência do PB em colocar no topo da mensagem o argumento da oração, isto é, o assunto a ser tratado é

deslocado para o início da oração, que constitui um sintagma nominal”, (CASTILHO, 2007, p.256).

Entende-se, a partir dessa definição, que o argumento colocado no topo da oração pode ocupar função específica de tópico e não possui função sintática de sujeito, uma vez que a quebra da ordem ocorre com o deslocamento de qualquer termo da sentença para ocupar o topo da oração. Essa função não deverá ser confundida com o sujeito da oração, embora possa concordar com o verbo em alguns casos, como no clássico exemplo de Eunice Pontes (1987, p.34): *A Belina deita o banco, sabe?* (PONTES, 1987, p.34). Neste caso, o termo *Belina* colocado em evidência no topo da sentença, não ocupa essa posição por acaso, mas, por ela, manter uma maior relevância para o falante, embora este termo não seja o sujeito da sentença.

Na gramática descritiva de Perini (2002, p.47) encontra-se a afirmação de que a topicalização ocorre quando um dos termos de um seguimento é deslocado para o início da oração e separado por vírgula, nesse caso, há uma espécie de topicalização, uma vez que o termo deslocado é topicalizado. Esse deslocamento causa uma ruptura na ordem lógica dos constituintes da oração. Conforme esse autor, o tópico é a entidade topicalizada que exprime o assunto principal do enunciado, definição bem próxima àquelas apresentadas anteriormente. O fenômeno da topicalização refere-se ao grupo de estruturas ligadas pela relação de correspondência, segundo Perini (2002). São correspondentes as estruturas com topicalização e suas versões não topicalizadas como sugere o autor para as sentenças do tipo: “Leo comeu o peixinho” e “O peixinho, o Leu comeu”. Ainda conforme o autor (op.cit, p.207) acerca das relações de correspondência entre sentenças afirma que:

Isso, entre outras coisas, permite uma simplificação notável na enumeração das estruturas da língua. Por exemplo, se estabelecermos que a toda frase com objeto direto corresponde uma outra com objeto topicalizado. (...) é possível discernir uma sistematicidade na relação de significado entre frases correspondentes. Elas são “sistematicamente semelhantes”, em um sentido que não foi inteiramente explicitado. PERINI (2002, p.207)

O estudo sobre a ordem também foi alvo do trabalho de Eunice Pontes (1987), tendo como foco a topicalização, a qual também é um dos norteadores desse estudo. Pontes (1987) afirma que o tópico é compreendido como o sintagma nominal anterior, externo à sentença, normalmente já ativado no contexto discursivo, sobre o qual se faz uma proposição por meio de uma sentença-comentário. Ao caracterizar essas construções em Português brasileiro (PB), na década de 80, a autora usa a classificação tipológica das línguas proposta por Li (1976), enquadrando o PB em uma língua com proeminência de tópico e de sujeito ao mesmo tempo.

Na obra de Pontes (1987) é sugerida uma classificação das construções de tópico em: topicalização (sem a presença do pronome cópia na sentença SVO); deslocamento (com a presença do pronome cópia, chamado de pleonasma na gramática tradicional); tópico comentário e duplo sujeito (denominado na GT de anacoluto). Segundo Castilho (2001, p.57), encontra-se uma definição que se assemelha com a de Pontes a respeito do tópico: são “constituintes movidos para a esquerda da sentença, sendo retomados ou não em seu interior por uma classe sintática, ou por um zero”.

A partir das definições apresentadas, é possível reuni-los em única definição: topicalizar é o fato de dispor, ou melhor, de deslocar os termos de sua ordem natural na sentença, colocando no topo da oração o argumento principal, podendo ou não ser retomado no interior da sentença por alguma classe. Em alguns casos, o tópico coincidirá com o assunto a ser tratado. A estrutura topicalizada é considerada como o termo que o falante coloca em evidência, como forma de chamar a atenção do ouvinte para o assunto, ou mesmo para aquela sentença fora da estrutura sintática. Além disso, o tópico, por ser estranho à ordem padrão, é mais marcado do que a estrutura SVO. Sendo assim, no Português, em especial nas cartas oficiais da Paraíba, do século XIX, em princípio, apresentam, em princípio, sentenças do tipo: VSO (verbo- sujeito- objeto) e OSV (objeto- sujeito- verbo) e não apenas estruturas do tipo SVO, as quais se configuram, pela gramática escolar, como a variante padrão da Língua Portuguesa.

Embora haja poucos estudos sincrônicos e diacrônicos acerca da ordem, encontram-se algumas pistas na história da Língua Portuguesa, segundo aponta Coutinho (2005), quando coloca, por exemplo, que na sintaxe do Português Arcaico predominava a ordem inversa, uma vez que a colocação das palavras na frase era mais livre, fato que também se pode comprovar no Latim. Os estudos sobre a ordem apresentam um tipo de constituinte que é resultado da inversão, porém, voltado para o discurso. É o caso da topicalização; fenômeno bastante estudado por Eunice Pontes (1987) e que é fruto do que se produz oralmente em conversas, diálogos, etc. Alguns estudos sobre o tema no PE, por exemplo, verificaram que essas estruturas diminuíram ao longo da história do Português Europeu, como aponta Gibrail (2007) em sua pesquisa sobre esse fenômeno sintático na língua dos portugueses do século XVI a XVIII.

Acerca das construções de foco, Coelho (2006) salienta que a realização de *foco* se refere ao fato de o indivíduo marcar certos efeitos discursivos nas sentenças, mas que costuma ser a informação nova na sentença; refere-se, por exemplo, à apresentação de uma situação

nova ou de um conjunto de possibilidades. Essa ocorrência, conforme apontada pela literatura, costuma ser marcada pelo sujeito posposto. O foco pode recair sobre uma sentença inteira, ou sobre um sintagma nominal que se realiza com sujeito. Ao que se percebe, o foco neste caso se refere ao termo topicalizado.

A pesquisa de Coelho (2006) com peças de teatro dos séculos XVIII e XIX mostra que o processo de focalização, por exemplo, quando recai sobre uma sentença inteira, costuma ser marcada no Português a ordem VSO, e quando o foco cai no SN sujeito, o Português atual, diferentemente do século XIX, apresenta a ordem SVO.

Entre os séculos XVIII e XIX os textos encontrados no Brasil já apontam diversas características peculiares ao idioma Português falado no Brasil, devido, entre outros fatores, às múltiplas influências históricas e culturais no país. Esses fatores externos podem refletir mais ou menos em variações na língua, configurando em seguida em sua mudança. As gramáticas normativas do PB atual trazem que o falante Brasileiro profere as suas sentenças em uma ordem lógica, a qual configura na estrutura SVO, e que o rompimento nessa ordem estaria voltado para questões estilísticas, ou mesmo, para vícios de linguagem, como ocorre com o pleonasma. No entanto, pesquisas contemporâneas sobre a ordem dos constituintes no PB, como se pode encontrar em Pontes (1987), atesta que o Português do Brasil apresenta uma inversão dos termos na sentença que é muito recorrente na fala e na escrita, classificando o Português brasileiro em uma língua de tópico e de sujeito ao mesmo tempo. Não se sabe no momento, se essas construções já apareciam em séculos anteriores e como essas aconteciam no PB no período compreendido entre os séculos XVIII e XIX.

Sabe-se que o percurso de formação do PB trouxe uma miscelânea de fenômenos que o distanciou do Português europeu (PE) em determinados aspectos. Aqui no Brasil, a luta dos gramáticos em combater tais mudanças na modalidade escrita, mostra que essas estruturas não fazem parte da sentença, já que as mesmas são incluídas em um estudo à parte na gramática. No entanto, essas construções podem ser verificadas em uso na escrita por grandes autores de da literatura Brasileira, como é o caso de Manuel Bandeira: "Eu, que era branca e linda, eis-me medonha e escura." (TUFANO, 1995, p.187).

Sabe-se que o Português aqui falado percorreu uma longa jornada para chegar ao estágio atual. Muitas línguas concorreram com ele até se tornar o que é hoje. Muitos vocábulos africanos e indígenas foram deixados no idioma e as pessoas que falavam essa língua como os escravos e os índios, na maioria das vezes o manejavam de forma discordante da modalidade européia, e isso também colaborou para que a língua de hoje tivesse traços

próprios. O presente estudo traz, além de abordar as questões da tradição discursiva em cartas burocráticas e do estudo das construções de tópico, mostra o caso dos estudos da tipologia das línguas apresentado por Li & Thompson (In: Pontes, 1987, p.11), conforme predominem relações de tópico-comentário ou de sujeito-predicado. As línguas, segundo Li & Thompson, seriam divididas em quatro tipos: Línguas com proeminência de sujeito; línguas com proeminência de tópico; línguas com proeminência de tópico e sujeito e línguas com proeminência de sujeito ou de tópico.

As gramáticas tradicionais têm descrito as diferentes línguas sempre do mesmo modo. No entanto, segundo Pontes (op.cit) o Português está classificado entre as línguas com proeminência de sujeito e tópico. Em seu estudo, a autora pôde comprovar que as CT tão combatidas pelos gramáticos são bastante comuns tanto quanto às construções SVO no Português moderno. Mas será que essas CT são típicas apenas do PB atual? A partir de quando elas começaram a aparecer no PB? Será que as CT já ocorriam no PE em séculos anteriores? Segundo Duarte (1996), para que uma língua seja classificada tipologicamente como língua de tópico é necessário que haja as seguintes características:

(i) são línguas verbo-finais; (ii) codificam morfossintaticamente o tópico (mas não o sujeito); (iii) não dispõem de expletivos; (iv) não possuem ou possuem escassamente passivas; (v) nessas línguas anáforas e pronominais nulas são orientadas para o tópico e não para o sujeito; (vi) não existem restrições gramaticais para o constituinte que pode figurar como tópico; (vii) dispõem de construções com sujeitos múltiplos; e (viii) não apresentam morfologia verbal de concordância (...). Logo, à exceção da existência de sujeitos múltiplos, PB, PE, francês e diversas outras línguas não apresentam nenhuma outra propriedade que justifique sua classificação tipológica dentre as línguas de tópico (DUARTE, 1996, p.353).

Nas pesquisas realizadas por Pontes (1987) é perceptível que as CT são tão frequentes quanto às construções SVO. As investigações dessa autora mostram que há a necessidade de se fazerem estudos mais aprofundados acerca da coloquialidade, pois essas constatações acerca da sintaxe, fez com que se descobrisse que o Português traz outra estrutura além da que se convencionou por sujeito- verbo- objeto. Esses estudos permitem comprovar que, mesmo havendo uma mudança estrutural, o falante ainda consegue manter o nível de comunicação que já existe. O trabalho de Pontes (1987) é pioneiro no PB, pois ela toma como foco principal para sua análise o Português oral, mas, também cita exemplos na literatura Brasileira de casos em que também ocorre topicalização no Português escrito. Pontes (1987) tinha como *corpus* de análise a fala de Brasileiros situados na região de Belo Horizonte, pessoas de nível universitário, entre 25 e 30 anos. O seu livro está estruturado em 7 capítulos, e foco maior do

presente estudo caiu principalmente sobre o primeiro capítulo intitulado "Da importância do Tópico em Português", no qual ela apresenta os primórdios de sua pesquisa sobre as CT.

Em seus estudos a autora supracitada mostra que os falantes Brasileiros tendem a topicalizar a sentença tanto na fala quanto na escrita, fazendo com que o objeto ou qualquer outro sintagma nominal (SN) seja deslocado para a esquerda na sentença, ex.: "*A Sarinha tá nascendo dente*", Pontes (1987, p.34). A autora parte da noção de tipologia linguística demonstrada por Li & Thompson (1976, In: Pontes, 1987). Segundo Li & Thompson (1976, In: Pontes, 1987), as línguas estariam divididas em quatro tipos: 1- línguas com proeminência de sujeito, em que a estrutura das sentenças é mais bem descrita como de sujeito-predicado; 2- línguas com proeminência de tópico, em que a estrutura das sentenças é mais bem descrita como de tópico- comentário; 3- línguas com proeminência de tópico e sujeito, em que há as duas construções; 4- línguas sem proeminência de sujeito ou tópico, em que o sujeito e o tópico se mesclam e não se distinguem mais os dois tipos.

Pontes (1987) afirma que o Português sempre foi visto com uma língua do primeiro tipo (língua com proeminência de sujeito). Entretanto, suas pesquisas mostram na língua coloquial frequentes ocorrências de construções tópicas. Sabe-se que o que caracteriza o tópico é o fato de ele estabelecer um quadro de referência para o que vai ser dito a seguir. O comentário é feito através de uma sentença completa, com sujeito e predicado. Além disso, a relação entre o comentário e o tópico é puramente semântica, não havendo movimento, ou seja, não se pode dizer que um elemento da sentença-comentário foi topicalizado.

Em seu trabalho, Pontes (1987) apresenta algumas características do tópico nas línguas de tópico em contrapartida ao sujeito segundo Li & Thompson (1976) (In: Pontes, 1987) que são:

- a) o tópico é sempre definido, enquanto o sujeito pode ser indefinido;
- b) o tópico não precisa ter relações seletivas com o verbo;
- c) o verbo determina o sujeito, mas não o tópico, além disso, o tópico não depende do verbo, sua seleção se dá independentemente do verbo; a concordância do verbo com o tópico é rara;
- d) o tópico é o centro da atenção, pois ele anuncia o tema do discurso;
- e) a posição inicial do tópico está ligada à função no discurso, já que é ele quem anuncia o tema do discurso;
- f) como é independente na sentença, não governa processos sintáticos como reflexivização, passivização, etc.

Pontes (1987) apresenta ainda algumas características que são típicas nas línguas de tópico: a construção passiva é marginal, ou não existe, ou é rara na fala; sujeitos vazios não encontrados nas línguas de tópico, ou seja, não há sujeitos em frases existenciais impessoais, ou que se refiram a fenômenos atmosféricos; o duplo-sujeito é comum nas línguas de tópico, constitui uma estrutura de tópico-comentário; em língua de tópico, não é o sujeito que controla a co-referência e sim o próprio tópico; qualquer SN pode ser topicalizado. Pontes (1987) afirma que o Português partilha com as línguas de tópico a maioria das suas características.

Para Chafe, Li e Thompson (In: Pontes 1987) as construções de tópico mais típicas das línguas de tópico são as que costumam ser denominadas (impropriamente) por duplo sujeito. Isso ocorre quando no tópico apresenta um termo que aparenta ser o sujeito da sentença e não o é, ou quando ocorre uma espécie de sujeito no tópico e em seguida ele é repetido por um pronome na sentença, podendo ou não fazer uma pausa após o tópico.

O termo “duplo sujeito” é uma denominação imprópria na visão de Pontes (1987), já que o tópico não tem ligação com o sujeito, conforme ela descreve em sua análise, e nem exerce tal função. Usar tal denominação é descaracterizar a construção tópica, como se pode perceber neste exemplo: “Aqueles árvores (tópico sujeito) os troncos (sujeito) são grandes”, Pontes (1987, p.34). Embora ela não aceite tão bem essa classificação de tópico-sujeito, a autora aponta esse tipo como um dos tipos de possíveis topicalização na língua. Segundo Eide (2002, p. 1016)³, o sujeito tópico, em posição preverbal, é considerado um tópico não marcado.

Na literatura específica, encontram-se várias definições para o presente estudo, conforme será mostrado ao longo da dissertação. A definição para a estrutura de tópico, segundo Castilho (2001, p. 57), por exemplo, é que são candidatos à construção desse tipo os SNs altamente definidos, cujos núcleos venham especificados por demonstrativo ou quantificadores e complementado por uma sentença relativa. Tais sintagmas, nesse caso, são ou não retomados ou pelo especificador (aquele N...aquele) ou pelo quantificador (todos N...todos), ou ainda envolvendo esses dois tipos”. Já para Li e Thompson, o que caracteriza o tópico nas línguas como o chinês, segundo Chafe e Li e Thompson (1976), é fato de ele (tópico) estabelecer um quadro de referência para o que vai ser dito a seguir (In: Pontes, 1987). Esse quadro de referência, na visão desses autores, pode ser espacial, temporal ou individual. Essa forma de realização do tópico coincide, nas línguas em estudo, com o advérbio

de tempo e de lugar, que, embora o elemento topicalizado faça parte da classe flutuante dos advérbios, na tradição textual das cartas burocráticas eles não são colocados no topo por mero acaso, conforme será mostrado na análise do *corpus*.

Deve-se atentar para alguns casos em que o tópico não mantém relação sintática com a sentença comentário, segundo Pontes (1987): “algumas estruturas topicalizadas conseguem manter relação apenas semântica, por isso não se pode dizer que um elemento da sentença comentário foi topicalizado”. A autora supracitada destaca essa relação, partindo do seguinte exemplo: *As cadeiras optativas, cê precisa ter um conhecimento bom primeiro*. A autora em questão fala em enfoque transformacional e consegue estabelecer diferenças de contexto:

O problema não é tanto a impossibilidade de outra construção, mas o fato de que as duas construções não são, a meu ver, equivalentes. O enfoque transformacional para igualar todas as construções, enquanto que em contexto elas não parecem ser tão iguais. Cita exemplos: Na última prisão dele, sabe o que ele fez? No contexto essa frase significa algo como: Sabe o que ele fez para ser preso, da última vez? Os autores como Givón (1979), Firbas (1970) e Chafe (1975), afirmam que o objeto direto costuma ser o veículo para a introdução de informação nova, e o tópico costuma se dado (CHAFE, 1975, apud: PONTES, 1987, p. 15).

Pontes (1987) considera o discurso como essencial para compreender esse fenômeno, pois o tópico pode se relacionar com o que está sendo dito no momento, principalmente, o que já foi mencionado antes no discurso. Ela estabelece ainda algumas regras no nível da fala para que ocorra a topicalização: “*não pode começar colocando “o fulano” na posição de sujeito*. Usa-se esse termo para a introdução de um novo tópico de construção como “*Sabe o Fulano?*”, “*Lembra do fulano?*”. Para mudar de tópico, é estabelecida alguma relação entre o tópico em discussão e outro que se pretende introduzir, como em “*Falando em democracia, você viu o discurso de F.?*”. Na verdade, democracia nessa frase é o tópico velho e o novo vai ser “O discurso de F...”.

Com relação ao uso de pronomes demonstrativos nessas construções, Pontes (1987) revela que o contexto em muitos casos dispensa o pronome demonstrativo porque o objeto está visível e é evidente a sua identificação, como destaca Pontes (1987, p.16) neste exemplo: *Meus óculos, você apanhou a capa?*. Em Português e em muitas outras línguas, o tópico é marcado pela posição inicial na sentença, que é a primeira, pela ocorrência, muitas vezes pelo pronome anafórico ao tópico e pela entonação. A autora supracitada contesta outras teorias a

³ Extraído do texto “A noção de tópico e a ordem das palavras no século XVI” de Kristine Eide. Disponível no endereço eletrônico: < www.duo.uio.no/roman/Art/Rf-16-02-2/por/Eide.pdf>. Acesso em 20 de março de 2009.

respeito do tópico-sujeito e diz que a sentença tópico não deve ser vista em nível sintático e propõe que o tópico estaria separado da sentença sujeito-predicado.

Em seu corpus, Pontes (1987) constatou que eram frequentes os pronomes demonstrativos nos sintagmas nominais de tópico. Assim, Li e Thompson também afirmam que essa é uma das características das línguas de tópico. Além disso, o tópico não precisa ter relações seletivas com o verbo. Existem outras características do tópico como: o fato de o verbo determinar o sujeito, mas não o tópico; o papel funcional do tópico deve ser constante como anunciador do tema do discurso; a concordância do tópico com o verbo é menos frequente, etc.

A busca pelas construções de tópico em *corpus* diacrônico provocou certa curiosidade quanto a essas construções. Primeiro, questionou-se a razão maior para esse uso, pois se pretendia compreender a razão pela qual este era e ainda é um fenômeno tão comum e que se contrapõe em alguns casos à ordem natural da língua falada no Brasil, ou seja, a ordem SVO e, pelo fato de as gramáticas normativas, em sua maior parte (BECHARA, 2009; TUFANO, 1995) trazem o sujeito ocupando o topo das sentenças e sendo um termo essencial, portanto indispensável à oração.

Sabe-se que as CT eram usadas na literatura como recurso estilístico por vários escritores, estudos recentes como os de Gibrail (2007) comprovam que esse fenômeno não é muito recente na língua, uma vez que já foram identificados casos em que ele aparece no Português antigo e clássico, no entanto diminuídos ao longo da história, ou seja, foram ficando cada vez menos frequentes. O PB moderno apresenta várias situações em que os falantes topicalizam na linguagem, seja indicando o assunto, focando-o, ou simplesmente invertendo estruturas do complemento verbal e nominal para o topo da sentença em situações específicas.

4. A SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO NOS SÉCULOS XVIII E XIX

4.1 O contexto de produção das cartas: uma breve história social sobre o Português falado no Brasil

Antes de iniciar o estudo das topicalizações nas cartas, considera-se necessário fazer uma breve retrospectiva da implantação da Língua Portuguesa no Brasil, a fim de se compreender as circunstâncias que permitiram a mudança da língua transplantada a ponto de constituir uma norma peculiar, diferente da variante europeia.

A chegada dos portugueses às terras Brasileiras, em 22 de abril de 1500, não foi tão fácil, já que, eles dispunham apenas de caravelas para atravessar o oceano. É importante destacar que nesse momento da história, além da motivação econômica, os portugueses se interessavam em divulgar a religião católica, sua cultura e sua língua. Nesse sentido, no período dos Descobrimentos, foram trazidos/levados para as novas terras “cartinhas para aprender a ler e a escrever”, vocabulários, livros e mestres (CARDEIRA, 2006). Esse período marcou o início de mudanças importantes em na história do PB.

Os europeus encontraram o território povoado de índios e tiveram que aprender, com dificuldade, a língua local, o Tupi. Essa língua indígena era usada por grande parte dos ameríndios, que habitavam a costa Brasileira. O Tupi, assim como o Macro-Jê, eram os dois troncos principais que existiam, e deles ramificavam outros falares diversificados. Os jesuítas que seguiam nas caravelas depararam com os povos ameríndios e logo trataram de aprender o Tupi, a fim de poderem catequizar aqueles “gentis”. Os cristãos tiveram a preocupação de adaptar esse idioma com o Português, tirando todos os traços marcados da língua ameríndia. Foi então com essa adaptação que surgiram as línguas gerais indígenas, que era falada pelos índios, pelos portugueses em situações informais e pelos bandeirantes. Ambos, nativos e europeus se comunicavam normalmente através dessa variação linguística. Mas, o idioma Português ainda era imposto nas escolas que havia.

Por um longo tempo (Séc. XVI- XVIII) os habitantes do Brasil falavam as línguas gerais e o Português, que eram as mais usadas entre os homens brancos e ameríndios. Cada vez mais, os europeus desembarcavam por essas terras com o intuito de explorar as suas riquezas naturais, como a cana-de-açúcar e o ouro. Nessa época os colonizadores falavam

uma língua comum, sem o predomínio de um falar regional (FONSECA, 2003). Castilho (1998), por conseguinte, destaca a existência de alguns fenômenos fonéticos que apontam para uma suposta predominância do Português meridional, mas, também afirma que foi constatada em Portugal a irradiação de falares meridionais (FONSECA, 2003).

No primeiro momento em que os portugueses chegaram ao Brasil, havia cerca de 350 línguas indígenas com base naqueles dois troncos ditos anteriormente: Tupi e Macro-Jê. O fato de os índios não terem uma só língua, facilitou de certa maneira, a entrada cada vez maior de europeus no território, já que, os colonos usavam esse artifício para colocar uma tribo contra a outra. Isso também contribuiu em parte para dizimar os nativos. A influência indígena foi muito forte até meados do século XVIII, quando os portugueses tiveram que aprender o Tupinambá (Tupi), o que gerou uma situação de bilinguismo. No período do Brasil colônia, o país era essencialmente rural.

Alem da língua geral e do idioma trazido pelos europeus, o Português também teve que concorrer com as línguas africanas. Entre 1538 e 1855, dezoito milhões de escravos negros, oriundos de duas grandes culturas, Banto e Sudanesa, chegaram ao país. Os Bantos eram os negros vindos do oriente africano, que se fixaram principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco e Alagoas. Já os Sudaneses oriundos da costa oeste da África, fixaram-se principalmente em Belo Horizonte e Bahia. Antes de chegarem no território Brasileiro, os negros eram mantidos presos em fortalezas na África, onde eram misturados com outros escravos oriundos de culturas diversas. A finalidade era de impossibilitar a comunicação entre eles, para evitar possíveis revoltas.

Os negros criaram uma língua crioula com a junção da língua africana e o Português “meio adaptado” pelos negros à sua língua. O crioulo era conhecido como o falar das senzalas. A princípio a língua crioula era uma espécie de Koiné (língua de caráter comercial), mas, a proporção que os escravos iam nascendo no Brasil, aprendiam a língua crioula que passava a ser sua língua materna. A diferença entre a língua geral indígena a língua geral africana, é que a primeira não foi desenvolvida por eles e sim pelos jesuítas, enquanto a segunda foi criada pelos próprios escravos.

Esses dois últimos idiomas disputaram acirradamente com o Português. Entretanto, essa situação predominou por mais de dois séculos, pois, em 1759 o Marquês de Pombal expediu um decreto proibindo terminantemente o uso de qualquer língua geral no Brasil. No ano seguinte os jesuítas foram expulsos, porque eram tidos como os principais propagadores da língua geral, tida por alguns como “invenção verdadeiramente abominável e diabólica”.

A vinda em massa dos portugueses para o Brasil em busca de ouro reforçou a supremacia do idioma Português, que se difundia cada vez mais pelo território. Porém, a essa altura, muitos vocábulos indígenas e africanos já tinham sido incorporados à língua “lusitana”. Isso fez dessa última, não mais uma Língua Portuguesa pura, mas um novo idioma Português (Brasileiro). Estima-se em 10 mil palavras indígenas incorporadas ao léxico e em 300 o número de palavras de origem africana, presentes no idioma falado no Brasil atualmente. Ambas as culturas contribuíram para o enriquecimento do vocabulário da língua Brasileira. (TEYSSIER, 1998)

No século XVIII outros acontecimentos também foram importantes para a origem do Português brasileiro (PB). No decorrer desse século documentaram-se as primeiras alusões aos traços que já eram característicos do PB. Em 1767, Frei Luis Monte Carmelo (Compendio de Orthographia) assimila pela primeira vez um traço fonético dos Brasileiros: a não distinção das pré-tônicas abertas (ex.: *pàdeiro*, *prégar*, *córar*) e as fechadas (ex.: cadeira, pregar, morar). Jerônimo Soares Barbosa, em sua Gramática Philosophica, 1822 (apud FONSECA, 2003) salienta o fato também apontado por Teyssier (1998) e acrescenta ainda que os Brasileiros dizem *minino* em vez de menino, mi deu por me deu.

Com a chegada da corte em 1808, o Brasil vive um momento relusitanização. D. João VI transforma o Rio de Janeiro em capital da monarquia de Bragança. Com isso, traz também a biblioteca, as universidades, abrindo o Brasil ao mundo exterior. Cerca de 18 mil portugueses que fugiam da invasão francesa, desembarcaram em terras Brasileiras, dobrando o número da população.

Na Paraíba, durante o século XVIII, nenhuma evolução sofreu o ensino, no estado havia duas ou três escolas. O único núcleo escolar existente na capitania era um curso em latim, segundo Melo (1996). O primeiro colégio do estado foi construído pelos jesuítas com o apoio voluntário da população e com a ajuda financeira do casal Manoel da Cruz e Luzia do Espírito Santo. A obra reconstruída corresponde onde se encontra atualmente a Faculdade de Direito e o Palácio do Governo. Essa reforma aconteceu no ano de 1748 e quando a Companhia de Jesus foi expulsa do Brasil por Portugal, a Paraíba teve que enfrentar sérios problemas, já que as únicas escolas que ainda existiam foram fechadas. Segundo Melo (1996), a escravatura pode ser considerada como um dos motivos para o atraso na educação do país, pois os meninos nascidos e criados com os outros escravos adquiriam o costume das pessoas de sua cultura, as quais nunca tinham frequentado à escola.

O papel da imprensa, já no século XIX, na divulgação de ideias e da literatura desempenhou sua função na educação quanto à formação dos seus leitores. A imprensa era meio para difundir informação e mesmo fazer parte da formação educacional do cidadão conforme atesta Barbosa (2007) em uma pesquisa realizada com jornais que circulavam no estado da Paraíba nesse período:

Entre os papéis assumidos pelo jornalista estava o de educador, haja vista o fato de o jornal instituir-se com a missão de suprir a falta de escolas e de livros através de seus escritos jornalísticos. (BARBOSA, 2007, p. 27).

De acordo com a história da instauração da comunicação impressa, apesar de ter sido combatida por Portugal, ganha muitos adeptos no Brasil. Além disso, eram poucos os livros legais que entravam em circulação na época colonial, já que havia uma corte censória que impedia que os livros fossem comercializados, o que dificultava ainda mais o acesso a escrita da população. O que se discute a respeito dos leitores e dos escritos que eram acessíveis era o seguinte:

Embora se diga que não havia escolas no Brasil colonial e que seus habitantes não tinham interesse pela leitura, os tratados bem como os textos clássicos para os quais se prescrevem leituras poderiam ser encontrados com relativa facilidade, segundo atestam pedidos de licença para envio de livros ao Brasil submetidos à Real Mesa Censória portuguesa. (ABREU, 1999, p.226)

Para Fonseca (2005) a chegada da corte portuguesa no Brasil em 1808 e a abertura dos portos do Rio de Janeiro à Capital do Reino provocaram transformações importantes e irreversíveis na vida colonial, como a urbanização e a criação de escolas e bibliotecas. Com o aumento do número de pessoas envolvidas no setor de serviços e com a formação superior, a literatura tornou-se ainda mais uma exigência do exercício profissional. De acordo com Villalta (1997), o percentual de pessoas alfabetizadas não era muito alto. Apenas no final do século XIX é que haverá um total de 15% de pessoas com escolarização, conforme Silva (2004). Nesse período, o Brasil é ainda guiado pelas normas obedecidas em Portugal, pois aqui não havia uma gramática própria da língua, uma vez que a escrita produzida não acompanhava os processos de mudanças da fala Brasileira, como por exemplo, os regionalismos.

Para compreender a história da escrita no Brasil traça-se um panorama sócio-histórico que com vinda da Família Real em 1808 permite ao Brasil viver um momento relusitanização. D. João VI transforma o Rio de Janeiro em capital da monarquia de Bragança. Com isso, traz também a biblioteca, as universidades, abrindo o Brasil ao mundo exterior. Cerca de 18 mil portugueses que fugiam da invasão francesa, desembarcaram em terras Brasileiras, dobrando o número da população (FONSECA, 2005). A corte fugida das perseguições napoleônicas viu que a região correspondente ao Rio de Janeiro merecia os cuidados necessários para transformar aquela província em um lugar que fosse adequado às necessidades do rei e de todo império Português. Com isso, as regiões norte e nordeste ficam à mercê dos seus governantes e entregues aos sonhos nativistas.

A portaria de 06/04/1822 ordenava que fossem criadas escolas de primeiras letras em todas as cidades e Vilas subordinadas a Portugal. A instrução penetrava assim, no interior da Paraíba. Para os primeiros professores eram exigidos atestado de frequência e uma matrícula efetiva de, pelo menos, vinte alunos em cada escola, que só era aprovada após rigoroso exame a que se submetia o candidato a mestre. Conforme Melo (1996), nos últimos anos do período colonial havia 12 escolas de primeiras letras, sendo dois na capital e 10 no interior além da aula de latim, criada em 1776. A partir desse momento na história do Português brasileiro, é possível perceber mudanças pertinentes à língua latina, mas que ainda não era sistematizada nos manuais.

Após a saída da Família Real em 1822, o Brasil continua na precariedade, dessa vez nas mãos de D. Pedro. Segundo Lajolo e Zilberman (1998), a educação nesse período continua sofrendo sérios prejuízos. Só em 1824 o país ganha sua primeira Constituição, na qual é mencionada a instrução primária gratuita a todos os Brasileiros. A educação fica a cargo das províncias, que sem condições financeiras não conseguem resolver a situação. Apenas em 1837 o governo cria o primeiro e grande colégio público secundário intitulado D. Pedro II, o qual se tornou modelo na época.

O acesso aos livros entre os séculos XVIII e XIX variava de acordo com a posição social. As obras mais comuns atendiam ao público religioso, assim, são menos comuns os livros ligados aos saberes científicos e quando havia a sua permissão era dada às classes privilegiadas. Todo esse cenário atribuía uma característica de atraso ao país, uma vez que o próprio acesso à escrita seria o passaporte para aqueles que pretendiam ingressar na cultura letrada e participar politicamente das ideias que circulavam na sociedade. Segundo Chartier

(1995) o ingresso das sociedades ocidentais na cultura da escrita é uma das evoluções da era moderna

Além das gramáticas normativas de Portugal existentes nessa época para o seguimento da escrita, havia manuais que orientavam quanto aos modelos de cartas, como é o caso do “Secretario Portuguez ou Methodo de escrever Cartas”, datado de 1801⁴. Por haver manuais desse tipo, percebe-se que havia uma tentativa de sistematizar e classificar o ato de fazer ou escrever cartas. Esse é um dos livros que trazem vários tipos de orientações e fórmulas com relação à linguagem, como o fato de o secretário evitar certos vícios como a prolixidade, transmitindo “aspereza ao texto” ou mesmo “escuridade”, conforme aponta o Manual de 1801.

Nas Cartas oficiais da Paraíba, podem-se destacar vários casos de textos prolixos, que dificultam a leitura não apenas pela falta fronteira vocabular, mas pelo fato de o remetente prolongar-se em vários pontos e não se fixar em um objetivo principal na comunicação do seu texto, deixando o propósito comunicativo da carta para o final do manuscrito. Em relação a prolixidade, o livro da “boa escrita” intitulado Manual do Secretário do século XVII dizia: *Chamo prolixidade a huma certa vastidaõ, e grandeza de Cartas, que dizendo pouco em muitas palavras, causa fastio a quem lê* (p.15).

Era importante conhecer as fórmulas corretas para não errar e saber usar expressões específicas ao se dirigir a uma grande autoridade como as de suplicas, rogos, desejos e instancias ex.: “Suplico humildemente a Vossa Excelência, que se digne. Apresentam-se no manual alguns modelos de cartas, tais como: cartas familiares, carta patente, carta de negócios, etc. Essa breve análise permite compreender que havia uma preocupação em sistematizar a escrita e os modelos de textos oficiais da época, que ficava a cargo dos responsáveis pelo trabalho com a grafia, o qual deveria estar devidamente preparado.

Nesse período os referenciais da escrita como o proposto no “Manual do Secretario Portuguez ou Methodo de Escrever Cartas” (1801) em que são apresentados os acertos e desacertos da escrita aos quais deveriam ficar atentos todos aqueles que usavam ou trabalhavam com o fazer da escrita na época. Manuais desse tipo foram, por muito tempo, utilizados por quem detinha a arte de escrever, com o intuito de seguir os padrões para a uma

⁴ Trecho extraído do Manual do Secretário Portuguez (p. 17, 1801). Esta obra encontra-se disponível na seção de books do site de busca do Google: <
http://books.google.com.br/books?id=GrsGAAAAQAAJ&pg=PA13&dq=manual+do+secret%C3%A1rio+portuguez+1801&hl=pt-BR&ei=4gVdTpTsFNGztfirmsXkAw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=3&ved=0CDgQ6AEwAg#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 13 de maio de 2009.

boa escrita dos textos naquele período. Sabe-se que antes da vinda da Família Real ao Brasil, o que havia em nível de escolas era o ensino até o primário, além disso, era raro haver escolas de nível médio, por isso, o nível de escolaridade das pessoas era baixíssimo, o que afetava no domínio da modalidade escrita da língua. Além disso, eram raros os livros que circulavam na sociedade daquela época, segundo Tobias (1986).

Diversos textos produzidos no período do Brasil imperial apresentavam incoerências gramaticais em relação à norma estabelecida pelos cânones portugueses e como se sabe, nesse período da história do Português brasileiro ainda não havia uma gramática própria para o Português aqui falado. Com isso, pode-se pensar que os escrevões tendiam a usar a escrita conforme os padrões estabelecidos pelos manuais portugueses. O fator da escolaridade é fundamental para compreender o nível de competência escrita dos falantes desse período, embora não se tenha obtido tal dado a respeito dos autores das cartas.

O resultado disso era que, quem não dominava as regras dessa modalidade tendia a escrever conforme o que ouvia, mostrando uma escrita segmentada e com pouco uso de pontuação, fato que permitia entender que as pessoas que faziam esses textos colocavam determinadas pausas conforme a fala e pronúncia que ele achasse conveniente, conforme atesta Fonseca (2005). Alguns dos fragmentos tirados desses documentos apresentam uma competência de cunho oral. Essa variação de uso da norma permite entender que determinados autores tinham um baixo nível de escolaridade, fato comum na sociedade da época e que refletia, conseqüentemente, na produção dos seus textos. O cenário social e político da época pode servir de pista para compreender como era o acesso a escrita e como o Brasil sentia a necessidade de uma gramática própria de sua língua, já que os padrões propostos por Portugal já não davam conta de sua realidade.

O foco histórico ora discutido centra-se no período em que o Brasil é colônia de Portugal, tornando-se regido por este império durante algum tempo. Apenas em 1822 o país emancipa-se politicamente de seu dominante europeu, passando a adotar o regime monárquico. O momento anterior à independência é marcado por uma economia fracassada e por uma educação defasada. As poucas escolas que ainda havia eram as de nível primário. O panorama histórico mostrava um Brasil escravista e muito dependente ideologicamente da Europa. Esses dois períodos da história, colônia e império caracterizam a educação no país em seu pior momento.

Com a expulsão dos jesuítas no século XVIII, o crescimento do país no quesito educação atrasos de não ter escolas nem mestres. A tarefa de lecionar ficava a cargo de

poucos e as famílias que tinham melhores condições enviavam seus filhos para estudar em Portugal. No caso do Brasil, a exploração por parte da metrópole atrasou o progresso cultural e intelectual do país. No período anterior à instalação da corte no Brasil, as escolas eram raríssimas e essa situação se agravou após a expulsão dos jesuítas, os quais eram os “responsáveis” pela tarefa de catequizar e alfabetizar os índios e os escravos.

4.2 Hipóteses Interpretativas do Português brasileiro

A partir do século XIX é possível perceber mudanças linguísticas pertinentes ao PB em relação ao PE e para explicar essas mudanças os estudiosos apontaram algumas hipóteses de interpretação do Português brasileiro, que ora mostra essa nova modalidade como conservadora e outrora como inovadora. Dentro dessas hipóteses podem-se citar: a deriva (hipótese internalista do PB), isto é, a tendência interna da língua mudar; hipótese evolucionista, que compara a língua a um ser biológico (hipótese baseada na lei de Darwin), defendendo a existência de uma língua Brasileira. Além dessas duas tem-se ainda a hipótese crioulista, que acentua a importância dos contatos linguísticos no período do Brasil - Colônia, que se baseia na fase do bilinguismo.

No tocante à hipótese interpretativa, é possível destacar os seguintes fenômenos fonéticos e gramaticais conservadores, respectivamente: 1º) supressão do –r em final de sílaba, ex.: *falá, comê*, etc.; 2º) o uso do pronome pessoal nominativo em função acusativa, ex.: eu vi ele; e o emprego do ter por haver em construções existenciais, ex.: vai ter aula hoje? Com relação aos aspectos inovadores fonológicos e gramaticais, destacam-se respectivamente: semivocalização do –l em final de palavra, ex.: *animau* em vez de animal; o uso do verbo estar + o verbo principal no gerúndio (estou falando) em correspondência ao uso europeu estar + o verbo principal no infinitivo (estou a falar).

O Português do Brasil, como dito anteriormente, passou por várias transformações devido ao momento histórico em que se achavam, assim como o seu espaço geográfico, o sócio-cultural e o canal linguístico. As variações linguísticas podem ser avaliadas por duas disciplinas: a Dialectologia e a SócioLinguística, que cataloga e identifica essas variações, segundo os aspectos geográficos, de sexo, de idade e de nível sócio-cultural.

Atualmente o PB demonstra características bem particulares desse “novo idioma lusitano”, que trazido pelos portugueses, recebeu influências de outras línguas como o crioulo e o tupi, que constituem o falar típico dos Brasileiros. É possível encontrar certos traços

morfológicos ou sintáticos pertinentes apenas ao PB falado, dentre os quais destacam-se: a) Características gramaticais do PB falado (classe não-escolarizada) - Generalização do pronome que devido ao desaparecimento das formas cujo e onde. Ex.: O menino que eu falei com ele ontem estava na palestra que eu fui sábado; b) Características sintáticas do PB falado (classe escolarizada) - Consta nessa variedade uma baixa frequência das formas do futuro do pretérito e do presente, substituídos perfeitamente pelo pretérito imperfeito do indicativo e pelo presente do indicativo respectivamente, ou ainda pela perífrase de ir + infinitivo, conforme Castilho (1998). Há igualmente na variedade não escolarizada o uso generalizado do pronome que como relativa copiadora e cortadora. Ex.: O livro de estória que a capa dele é amarela sumiu (copiadora); O livro de estória que a capa é amarela sumiu (cortadora).

Além dessas características, Teyssier (1994) aponta que o Português brasileiro tende a usar o verbo estar + gerúndio do verbo principal (estou comendo, estava estudando, etc.). Constata-se, segundo Teyssier (1994), a predominância de próclise em relação à ênclise do PP.

Todos esses fenômenos haviam sido destacados por Fonseca (2005) em sua tese. Tal autora descreve em seu livro *A Escrita Oficial: manuscritos paraibanos dos séculos XVIII e XIX*, um estudo aprofundado acerca das tradições discursivas voltadas para o gênero carta. Em sua análise textual, a mesma viu a necessidade de se fazer estudos mais detalhados no âmbito da sintaxe, principalmente no tocante as CT que já eram visíveis nas cartas paraibanas dos períodos colonial e imperial.

5. A TOPICALIZAÇÃO E A ORDEM DOS CONSTITUINTES NAS CARTAS OFICIAIS DA PARAÍBA DOS SÉCULOS XVIII E XIX: ANÁLISE LINGUÍSTICA

Neste capítulo será apresentado o *corpus* em estudo e, em seguida, será disposta a análise das cartas a partir do aporte teórico específico acerca do tema em foco, bem como dos dados obtidos através da coleta e da sua devida quantificação.

5.1 As cartas paraibanas dos séculos XVIII e XIX

Os ofícios analisados neste estudo compreendem as cartas oficiais da Paraíba⁵, escritas em um momento da história do PB que compreendia o fim do período colonial e início do período imperial no Brasil. Os textos ora discutidos apresentam variações na escrita no tocante ao emprego adequado das palavras nos textos, revelando traços de hipersegmentação e de hipossegmentação⁶ de palavras, etc.

Algumas características já apontadas por Fonseca (2005, p.107) a respeito da escrita revelada nesses textos remetem para o fato de que alguns autores das cartas desconheciam a normal culta da língua, fato que pode ser presumido a partir da verificação da escrita dos textos, em momentos que revelam desvios relacionados à norma padrão da época em que os textos foram produzidos, além disso, percebe-se a indefinição na grafia de palavras, textos confusos, prolixos e etc.

No tocante à construção desses textos, percebe-se que alguns manuscritos são apresentados de maneira confusa para o leitor atual, revelando em alguns momentos traços que poderiam estar mais voltados para o oral. Prova disso é a própria falta de pontuação desses textos, que em muitos momentos revelam parágrafos inteiros sem a presença da pontuação, o que implica para interlocutor ter que inserir as devidas pausas à medida que o texto é lido.

Os ofícios estudados foram escritos por personalidades paraibanas ou que estiveram ligados à esta província e que ocupavam determinados cargos na administração pública: Governadores, Sargentos Mores, Soldados, Tabeliães, Comandantes, Alferes, etc.

⁵ No trabalho de Fonseca (2005) são coletadas 203 cartas oficiais produzidas entre o período de 1774 a 1874. Essas Cartas são numeradas sequencialmente de acordo com cronologia que elas apresentam. Para esta pesquisa, seguimos a mesma numeração original.

⁶ Para mais detalhes sobre esse tema V. Bicalho (2008).

Os assuntos dessas cartas envolvem questões relacionadas à administração, bem como à segurança e à economia local. As cartas se prestam aos mais variados propósitos comunicativos, elencados por Fonseca (2005, p. 142), a saber: solicitar algo, podendo ser informação, documento, apreciação, entre outros; dar alguma opinião, parecer; encaminhar documentos, recrutas presos; comunicar decisão de ordem, notificar; dar instruções; justificar; nomear; oferecer empréstimos; relatar algum acontecimento, pedir providências e informar (recebimento, recrutas, presos).

As quarenta primeiras cartas são escritas pelos governadores da Paraíba, Jerônimo Joze de Mello e Castro, e de Pernambuco, José Cezar de Meneses, as quais são dirigidas entre ambas as autoridades e versam sobre assuntos variados

Após várias leituras das cartas que compõem o *corpus* de análise, em vários casos elas apresentam um caráter expressivo muito voltado para oralidade, dado que se comprova em alguns textos narrativos a exemplo do documento de número 177. Esse fato pode estar voltado para a questão que levanta OESTERREICHER (1996) acerca da escrita concepcionalmente falada. O autor supracitado faz uma distinção entre os níveis *medial* e *conceitual*, respectivamente meio e concepção. O meio seria a realização da língua e dos enunciados em duas instâncias: fônica e gráfica. Já o *conceitual*, estaria ligado aos diferentes tipos ou modalidades de verbalização. Trata-se de uma escala em que ocorrem diferentes tipos e formas da “expressão linguística”. Fonseca (2005, p. 61) apresenta uma distinção clara sobre o meio e concepção da linguagem:

Sabe-se que diferenças significativas decorrem da realização de um enunciado em um ou outro meio, por isso é importante distinguir os problemas que se referem ao *meio* em que o enunciado se encontra, isto é, a diferença entre a realização fônica de um enunciado e sua manifestação gráfica. Entretanto, devem-se destacar também *os modos ou modalidades da verbalização*, ou seja, a concepção subjacente a esse enunciado. (FONSECA, 2005, p. 61)

Acrescenta-se a esse contexto outra afirmação apresentada por Oesterreicher (1999) sobre a distinção dos graus de elaboração das características internas do discurso, que segundo ele, seria determinado pelas condições comunicativas e pelas estratégias de verbalização correspondentes a esta condição. Com isso, pode-se afirmar que muitos desses ofícios analisados, embora estejam representados no meio gráfico, estão no nível da concepção falada. Os autores dos textos apresentam também desvios no nível sintático, no

que diz respeito, por exemplo, ao rompimento da ordem canônica das orações e que poderiam ser justificados pela interferência do meio oral e até mesmo pela caracterização desse gênero.

Um texto escrito *concepcionalmente* falado é caracterizado por uma linguagem de proximidade, conforme aponta OESTERREICHER (1996). Conforme aponta Fonseca (2005, p. 62):

O falado (ou proximidade comunicativa) apresenta afinidade com realização fônica passageira e o *escrito*, (ou distância comunicativa) apresenta afinidade com realização gráfica, que se mantém. Por causa disso, é muito difícil captar as manifestações espontâneas e extremamente contextualizadas de proximidade, o que representa um problema, sobretudo para a Linguística Diacrônica. Contudo, existem tradições discursivas inversas; assim, uma “carta privada” a concepção falada com o meio gráfico e uma conferência combina a *concepção* escrita com o *meio* fônico. (FONSECA, 2005, p. 62)

Uma evidência da forte interferência da oralidade nos documentos pode ser encontrada na carta 81, na qual se pode destacar a escrita de palavras que imitam a fala, como o caso do verbo tomar, escrito *tua*. Outro traço característico nessa carta é a escrita hipersegmentada, já citada anteriormente, que compreende à falta de fronteira vocabular e que pode ser observada em vários textos, como o que é apresentado juntamente na carta 81, conforme se segue:

**Carta do Sargento-mor, João Pinto Monteiro de França destinada ao
Presidente e aos Membros da Junta Provisória do Governo da Província.**

(C81/1823) *Illustríssimos e Excelentíssimos Senhores*

*Em observancia do Offício de Vossas. Excelências de 25 de Janeiro/ do corrente passei a **tumar** o conhecimento devido da Conducta/ do Comandante Ignacio Gomis de Seixas, **edo** que me **informaraõ**/ combina com **aparticipação** do capitão-mor. Joaquim Baptista Avonda=no. Entre os moradores do Districto **da quella** comandan=/ cia, acho **capais** para ocupar o lugar de Comandante Joaquim Franisco Cavalcante. **Hé oque** tenho para informar a Vossas. Excelências **que'man=/daraõ oqueforem** servidos.*

Deus Guardea Vossas. Excelências Paraíba 3 de Fevereiro de 1823

*Illustríssimos e Excelentíssimos Senhores Presidente e Membros da Junta Provizoria do Governo da
Província*

*João Pinto Monteiro de França
Sargento-mor das Ordenanças desta Cidade*

Encontra-se ainda o uso variado de verbos como no caso do verbo “precisar” no tempo verbal futuro grafado com o til na última vogal, *precisão*. A relação com o oral é observável também na escrita geminada de algumas de palavras como a que está em destaque na carta expressas pelos termos: *que'man=/daraõ oqueforem/ edo/ Hé oque/ aparticipaçãõ*

A acentuação irregular das palavras é um dos indícios que apontam para o fato de os escrivães pontuarem os textos oralmente e até de desconhecerem as regras da escrita, como se pode perceber no trecho da carta 81 supracitada.

Embora haja a confirmação da existência de traços da oralidade presentes nesses manuscritos, e que justificariam, por exemplo, a quebra na ordem estrutural da frase, a literatura costuma apontá-los como textos formais, já que eles costumam seguir uma tradição do padrão culto da língua, e as pessoas que têm acesso a ele são, normalmente, cidadãos cultos e que dificilmente deixariam marcas da oralidade em seus manuscritos.

No entanto, não é raro perceber desvios e irregularidades nos segmentos dos textos, pois naquele período havia poucos textos em circulação, e o acesso a eles era bastante restrito. Além disso, naquela época, os baixos níveis de escolaridade apresentados historicamente no país mostram como era precário o acesso à escrita, conseqüentemente, as pessoas que lidavam com o ofício de escrivão, possivelmente não dominavam completamente essa modalidade da língua.

Algumas irregularidades na escrita dos documentos justificam-se pelo fato de que os cargos burocráticos serem frequentemente ocupados por pessoas que não tinham tanta habilidade ou experiência com a modalidade escrita da língua. É provável também que, por esse motivo, muitos autores das cartas deixavam transparecer certos traços da linguagem coloquial, marcas que não costumam ser usadas em situações mais formais; por se tratar de um gênero formal esperava-se maior cuidado com o manejo da escrita.

5.2 A ordem dos constituintes da sentença nas cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII E XIX

A ordem dos constituintes e a ocorrência de topicalização nas cartas paraibanas do século XIX, conforme já dito, foi analisada sempre no início de cada parágrafo. Os exemplos que foram listados ao longo da análise referem-se às estruturas que apresentam rompimento na ordem direta da frase, em que, tanto o complemento, quanto o predicado antecedem o

sujeito. Além disso, foi proposta uma análise das estruturas encabeçadas por advérbio, que, embora pertenças às classes flutuantes, é possível estabelecer uma possível relação com a sua anteposição e o contexto da carta.

No tocante ao quesito construções de tópico, que são o objeto de investigação desse trabalho, foi observado que grande parte desses documentos remete para o verbo em posição inicial na sentença, algumas vezes sem o aparecimento do sujeito. De todas as 203 cartas analisadas, foi percebida a anteposição do verbo em relação ao sujeito e os casos em que aparecem as construções tópicas revelam, muitas vezes, uma estrutura de tópico seguida da ordem VS, em que o tópico ocupa a posição do sujeito da sentença, que muitas vezes se confunde com o próprio sujeito.

A partir das análises, realizadas no *corpus*, alguns tipos de topicalização encontradas nas cartas foram classificadas como topicalização e inversão, seguindo o modelo apresentado por Eunice Pontes (1987), a saber: Deslocamento à esquerda com ou sem retomada por pronome e Tópico- comentário. As demais ocorrências encontradas, embora sejam de tipo específico e diferente do que propõe Pontes (1987), remetem para uma inversão de termos do complemento verbal. Todos os dados estão relacionados e descritos em quadros e gráficos. As análises realizadas foram feitas sempre no primeiro parágrafo de cada carta, em que se costuma apresentar o assunto principal da carta.

Em um primeiro momento, foram expostos os tipo de ocorrências por de estruturas tópicas e sua devida classificação. Feita essa classificação, foram separadas e caracterizadas as ocorrências de topicalização e de inversão. Buscou-se interpretar o rompimento da ordem levando-se em consideração o propósito comunicativo em que aparecem as estruturas topicalizadas, bem como a sua relação com o discurso. Em alguns momentos foi possível fazer referência aos autores das cartas, bem como ao seu cargo na administração pública da província da Paraíba. Alguns exemplos de cada tipo encontrado foram colocados em quadros devidamente classificados. Também foram colocadas em anexo algumas dessas cartas que compõem o *corpus* para que fosse possível uma leitura mais completa desses documentos, porém, todos os demais textos da coletânea estão disponíveis na íntegra na obra de Fonseca (2004).

Dentre os 203 manuscritos analisados, os de 1 a 42 têm como remetente o governador da Capitania de Pernambuco, José César de Menezes, que dirige suas cartas para o governador da Paraíba, Jeronimo Joze de Mello e Castro. Conforme foi apontado por Fonseca (2005) é possível perceber nas cartas da segunda metade do século XVIII as relações de poder

entre os governadores das duas capitâneas, Paraíba e Pernambuco, percebidas através da assimetria da posição de maior prestígio social ocupada pelo enunciador dessas cartas. Conforme destacou Fonseca (2005, p. 116), “nos casos em que o locutor é responsável pelo discurso e por ocupar uma posição hierarquicamente superior ao interlocutor, predominam os verbos que denotam ordem, mandado”. Esse tipo de situação apresenta alguns casos de topicalização de estruturas que estabelecem um quadro de referência anterior a estrutura que contém o propósito da carta.

Carta do governador de Pernambuco, José Cezar de Menezes, para o governador da Paraíba, Jerônimo Joze de Melo e Castro.

(C2/1774) *Como reconheço a distinta honra, desve lo, eeficacia com que Vossa. Senhoria Seemprega no Real Serviço, epara efeito deste Se faz preciso gente para comple tar o Regimento desta Praça [...] (Ver anexo)*

[...] **Ordeno a Vossa Senhoria** que no seu destrito faça tirar, eme remeta com-a may´or brevidade humalista detodos os nossos Solteiros, desembaraçados, eidoneos parao Real Serviço, residentes no mesmo destrito... [...]

É importante destacar que os remetentes dessas cartas, antes de proferirem uma ordem, muitas vezes, como é o caso do governador de Pernambuco, estabeleciam um quadro enunciativo, em que se apresenta o motivo da ordem despachada por ele. Essa estrutura externa, em alguns momentos não estabelece relação sintática com a estrutura seguinte. Pode-se encontrar a sua relação dentro do discurso, apresentando determinada urgência em no cumprimento de suas ordens e exigências, como se observa na carta de número 2, em que o governador de Pernambuco topicaliza não apenas um termo, mas toda uma estrutura que encerra o motivo da ordem expressa na carta.

Os exemplos listados no quadros 1 correspondem às ocorrências de topicalização de adjuntos que indicam tempo e lugar, os quais, ao serem colocados no topo da sentença, estabelecem um quadro de referência espaço-temporal para o destinatário da carta. Essa mobilidade é justificada, em princípio, pelo fato de a categoria dos advérbios ser móvel ao longo da estrutura sintática, no entanto, Costa (1998, *apud* NASCIMENTO, 2007) aponta que, embora essa categoria apresente variação de posição, os advérbios nem sempre podem ocupar qualquer posição na frase e, por vezes, suas diferentes posições estão ligadas a diferentes interpretações. Aqui nas análises os advérbios foram destacados como tópico pelo

fato de eles estabelecerem quadros de referência para o leitor para o que vai ser dito no contexto da carta.

Destaca-se neste momento a afirmação de Li e Thompson (*apud* PONTES, 1987, p. 13) quando afirmam que o que caracteriza o tópico em línguas como o chinês é o fato de ele estabelecer um quadro de referência para o que vai ser dito a seguir. Essa referência, segundo Pontes (1987), pode ser espacial ou temporal. Nas cartas, é possível haver a topicalização de adjuntos adverbiais que estabelecem esse quadro enunciativo espaço-temporal.

Considera-se que o motivo para que haja essa inversão é justificado pelo fato de se tratar de um gênero de caráter burocrático, em que tanto o remetente quanto o destinatário se encontrava em lugares diferentes e em situações diferentes, conforme representado nos trechos do quadro 1.

Quadro 1 – Estruturas encabeçadas por adjuntos que estabelecem quadros de referência espaço-temporal – (T-AET)

(C5/1774) **A esta Praça** chegou com efeito Manoel Pacheco de Paiva[...]

(C6/1774) **Ainda ate agora** não tem sido possível leresponder acarta das Conferencias, que Vossa Senhoria medirigio[...]

(C7/1775) **Nesta Junta** sevio a Carta de Vossa Senhoria[...]

(C25/1775) **Nesta Junta da Real Fazenda** representou o Doutor Provedor dessa Capitania; em como seacha= va o A quartelamento dos Soldados do Cabedelo[...]

(C34/1779) - **Na presente occasião pela Secretaria de Estado da Repartição da Marinha, e Dominios Ultramarinos** mefoi remetido o Alvara de Ley do 1º de Outubro de 1778[...]

(C48/1800) **Nasterras denominadas = Taboleiro doContrato = pertencentes aoEngenho Tibiri** costumavao os antigos Contra tadores, eMarxantes soltar os gados de Asouge [...]

(C57/1807) - **Desta Capitania** se tem ausentado, sem licençapara essa, muitos Indios aqui avillados, e por queatolerancia destas ausencias podem produzir maiores desorde's, para o futuro[...]

(C65/1814) **Em hum dia da semana paSsada**, tendo eu sahido de tarde, entrou hum homem nas cazas da minha rezidencia[...]

(C87/1823) **Neste instante** remeto as copias incluzas, que me remeteu o Sargento Mor das Ordenansas Mon-tada desta[...]

(C98/1823) **No dia 5, doCorrente** fui entregue dos *officios* de *Vossas Excelências* datados de 15, 26, 27, de Setembro *próximo passado* e de seus conteudos fico enten-dido[...]

(C126/1826) **No anno de 1823** tivemos a maior satisfação de gozarmos da comunicação dessa Capital, e das mais *Vilas* desta *Província* pela solicitude dos Correios terrestre s[...]

(C-164/1855) - **No exercicio do referido emprego** terei muita satisfação em cumprir as Ordens de *Vossa Excelência*[...]

(C177/1862) **hontem pelas 3 oras do dia** aSaCinaraõ o meo mano Delfino e *Antonio* Tavares e toudos nois fomos preciguídos e jurados que acabaõ com a familia *Baptista*[...]

Como o *feedback* não era realizado de imediato como acontece na fala, havia-se a necessidade de situar o destinatário no tempo ou no espaço, retomando muitas vezes o ao momento e ao lugar que envolve o assunto da carta: “*A esta praça*”; “*Ainda até agora*”; “*Nesta Junta*”, etc. Muitas vezes o remetente situa o contexto da carta, para em seguida ordenar, sugerir, agradecer, contestar, etc. Esse fato caracteriza a tradição de algumas cartas ao longo do *corpus*, segundo é possível verificar nos exemplos listados.

De todas as cartas analisadas, foram encontradas 17 ocorrências de construções invertidas que apresentam a topicalização de constituintes adverbiais, que aparece anterior ao verbo e ao sujeito, correspondente aos exemplos mostrados no quadro 1. Esse fato leva a comparar tais seguimentos com outros segmentos encontrados no Português clássico, apontados por Abaurre et al (2009), Gibrail (2007) e Huber (2006), que são, de certa forma, semelhantes a esses encontrados nas cartas paraibanas.

No *corpus* em estudo, verificou-se que das 17 ocorrências encontradas ao longo dos textos há a presença de uma ordem VS na estrutura seguinte a de topicalização, posterior aos adjuntos de tempo e de espaço, tais como: “***Em hum dia da semana paSsada*** tendo eu sahido de tarde”; “***Desta Capitania*** se tem ausentado, sem licença para essa, muitos Indios”,

etc. Apenas cinco casos revelam tópico seguido de SV, em que o sujeito só aparece nas desinências de pessoa do verbo: “*No exercício do referido emprego terei muita satisfação em cumprir as Ordens*”; “*hontem pelas 3 oras do dia aSaCinaraõ o meo mano Delfino e Antonio Tavares e toudos nois fomos preciguídos e jurados*”, etc. Os exemplos estão dispostos no Quadro 1.

A ordem VS aparecem nos exemplos das cartas 5, 25, 34, 48, 57, 65, 87, 98, 126, 164 e 177, dispostas no Quadro 1: “*A esta Praça chegou com efeito Manoel Pacheco de Paiva*”; “*Nesta Junta da Real Fazenda representou o Doutor Provedor dessa Capitania*”, etc., em que o remetente desloca um termo do sintagma adverbial para o topo da sentença e a estrutura seguinte apresenta a ordem VS. Nesse caso específico de tópico, destacou-se a presença de dêiticos anteriores à estrutura principal; em todos os casos que aparecem esta estrutura, há a presença da ordem VS. As sentenças em destaque representam o momento e o lugar de referência para o remetente. Na carta 34 (*Na presente ocasião pela Secretaria de Estado da Repartição da Marinha, e Dominios Ultramarinos mefoi remetido o Alvara de Ley do 1º de Outubro de 1778*), por exemplo, a estrutura seguinte àquela topicalizada apresenta um objeto anterior ao verbo, como é possível destacar no exemplo fragmentado e exposto no quadro 1.

Dos exemplos extraídos do *corpus*, na carta de número 177 (*hontem pelas 3 oras do dia aSaCinaraõ o meo mano Delfino e Antonio Tavares e toudos nois fomos preciguídos e jurados que acabaõ com a familia Baptista*) revela-se uma estrutura de textos narrativos em que o remetente desloca o adjunto adverbial para o topo da sentença, situando e antecipando ao leitor o período em foco na narrativa. Nessa tipologia textual, o informante desvencilha-se praticamente de qualquer preocupação com a forma. A ordem das orações na narração, segundo Tarallo (2007), não é tão rígida. A tipologia da narração pode estar mais próxima da oralidade, reforçando a ideia de Givón (1979) de que a linguagem humana teria evoluído do modo pragmático para o sintático. Isso poderia ser um indício de mudança sintática dos termos dessas cartas.

A análise das cartas oficiais revela que esses exemplos de estruturas topicalizadas em que o escritor situa o leitor no tempo e no espaço fazia parte do modelo seguido por muitos autores das cartas e que continua estabelecendo relação com modelos atuais de escrita desses textos. Percebe-se que a tendência em topicalizar seguia motivos variados que dizia respeito, não só aos variados propósitos comunicativos, mas também ao fato de fazerem parte da tradição dos textos naquela época.

Além desse caso, foram encontradas sentenças de tópico-comentário, que se referem a uma sentença em que o sujeito é o tópico, e a estrutura seguinte apresenta um comentário sobre o elemento anterior, seguido da estrutura SVO ou simplesmente VO. Nesse caso, o rompimento acontece entre o sujeito e o complemento verbal, em que é acrescentada uma estrutura de esclarecimento por parte do autor. Segundo Pontes (1987) essa seria uma estrutura típica do Português brasileiro.

Nas sentenças destacadas estrutura de tópico-comentário verificou-se que o propósito comunicativo dessas cartas estava voltado para o ato de informar e relatar, carta 38 (*As recrutadas que Vossa Senhoria remeteo foraõ entregues menos Antonio Ferreira de Figueiredo[...]*); informar, carta 50 (*Os Escravos, de que trata ooficio de Vossa Senhoria da data de hoje estaõ na posse de Jose Correia Botelho do Amaral desde que saio doCele-bre Engenho de Gargau*) e comunicar, carta 131 (*A carestia, emesmo afalta de Farinha, gene-ro daprimeira neceSsidade; que sofrem os habitantes deste lugar, fes que muitas pessôas hontem, me=diSseçem que haviaõ mesmo a que Cazas com muitas Sacas deFarinha para se= exportarem para Pernambu-Co*), conforme expostas no Quadro 2.

Esse tipo de ocorrência de tópico foi observado em 10 cartas diferentes e que estão voltadas para o fim do século XVIII e meados do século XIX. O primeiro ofício representado no quadro 2 situa-se no ano de 1780 e tem como autoria o governador de Pernambuco, José César de Menezes. Esta carta é endereçada ao governador da Paraíba, neste período, Jerônimo José de Melo e Castro. O termo topicalizado na carta, que coincide com o sujeito da sentença, corresponde ao assunto tratado no manuscrito. A linguagem usada no texto revela autoridade superior do governador de Pernambuco em relação ao governador da Paraíba exigindo, de certa forma, que suas ordens fossem atendidas com distinção.

A carta de número 50 exposta no quadro 2 (*Os Escravos, de que trata ooficio de Vossa Senhoria da data de hoje estaõ na posse de Jose Correia Botelho do Amaral desde que saio doCele-bre Engenho de Gargau*) é escrita por Gregório José da Silva Coutinho, que ocupava o cargo na administração pública de Corregedor da Câmara. O documento é enviado em resposta a um assunto já tratado anteriormente, em que o autor informa e descreve algumas situações no âmbito litigioso. Da mesma forma que ocorreu no texto anterior, a topicalização nessa carta destaca o termo que já anuncia o assunto abordado no ofício, daí o autor colocar o termo “escravo” em evidência no topo da sentença.

Quadro 2 - Estruturas de tópico-comentário – (TC)

(C38/1780) **As recrutas que Vossa Senhoria remeteo** foraõ entregues menos Antonio Ferreira de Figueiredo[...]

(C50/1800) **Os Escravos, de que trata ooficio de Vossa Senhoria da data de hoje** estaõ na posse de Jose Correia Botelho do Amaral desde que saio doCele-bre Engenho de Gargau[...]

(C131/1833) **A carestia, emesmo afalta de Farinha,** gene-ro daprimeira neceSsidade; que sofrem os habitantes deste lugar, fes que muitas pessõas hontem, me=diSseçem que haviaõ mesmo a que Cazas com muitas Sacas deFarinha para se= exportarem para Pernambu-Co[...]

Na carta 131 também exposta no quadro 2 (*A carestia, emesmo afalta de Farinha, gene-ro daprimeira neceSsidade; que sofrem os habitantes deste lugar, fes que muitas pessõas hontem, me=diSseçem que haviaõ mesmo a que Cazas com muitas Sacas...*) destaca-se o assunto abordado na carta logo no início do texto, apresentando a finalidade urgente em se tratar sobre o tema, percebida por parte do autor.

Conforme indica Pontes (1987, p. 20) o papel do tópico é o de anunciar o tema do discurso, disso pode-se inferir que esse fenômeno estaria muito mais voltado para o discurso e para os propósitos comunicativos, servindo como quadro de referência para o interlocutor.

Foram encontradas ainda ocorrências em que o autor da carta topicaliza o assunto que vai tratar no documento. Na carta 107 (*A respeito dos RoSsados dosSuplicantes, oque posso emformar aVossas Excelências he que não prejudica por não em cluir nellas Madeiras deConstrução nem Pau-Brazil*), como se pode verificar no Quadro 3, o autor tem como propósito comunicativo informar a respeito dos “roçados dos suplicantes”, que é o termo topicalizado e que coincide com o assunto tratado na carta. O sintagma antecedente equivale ao o objeto direto do verbo “enformar⁷” que coincide com o próprio assunto da carta. Esse tipo de cosntrução tópica foi registrado em apenas um documento correspondentes à carta 107, que tem como propósito comunicativo informar algo para o remetente indicado pelo termo topicalizado na carta.

⁷ Forma original encontrada na carta que corresponde ao verbo “informar”.

Quadro 3 - Topicalização de objeto direto (T - OD)

(C107/1823) **A respeito dos RoSsados dosSuplicantes**, oque posso emformar aVossas Excelências he que não projudica por não em cluir nellas Madeiras deConstrução nem Pau-Brazil [...]

Além dessas evidências, destacam-se exemplos de topicalizações ainda mais específicas encontradas nas cartas que remetem para o fato de o escrevente focalizar a primeira estrutura que antecede o sintagma verbal, fazendo referência ao momento discursivo desses textos. No *corpus* é comum encontrarem-se estruturas completas em posição de topicalização, que revelam ou dão idéia de motivo, causa, afinidade, tempo, etc. Esse termo é posto em destaque como maneira de justificar o manuscrito, que serve como um ponto de partida para iniciar o assunto a ser tratado na carta. Não se trata de topicalização de assunto, mas, de topicalizações que se assemelham àquelas encontradas no Português clássico em que os autores dos textos daquele período costumavam antecipar um complemento ligado à estrutura verbal ou nominal, estabelecendo ou não ligação sintática.

As expressões mais frequentes observadas neste âmbito foram: “*pelas reais ordens*”, “*por real ordem*”, “*em consequência do ofício*”, “*em observância das ordens*”, “*em cumprimento de*”, etc., antecidos sempre por um sintagma preposicional, conforme apresentado no quadro 4. Esses termos usados nas cartas revelam que o remetente busca situar o momento discursivo para o leitor, pelo fato de ambos conhecer e compartilhar das mesmas situações comunicativas e para se fazer melhor compreendido, visto que, como já foi dito em outrora, é provável que o feedback, ou as cartas respostas apresentavam um modelo em que por circunstâncias específicas, levava o remetente a sempre retomar um ponto anterior da carta.

Isso se revela quando o autor utiliza topicalização de termos ou de grupos de constituintes que exprimem motivo, consequência, conformidade, etc., revelam a retomada de um algum assunto que o levou a emitir o ofício. Essas expressões são muito comuns em cartas de resposta. A presença dessas estruturas foi identificada desde as primeiras cartas e estão expostas no quadro abaixo. Esse tipo de ocorrência classifica-se como “deslocamento de estrutura subordinada, das quais, destacam-se as sentenças com foco em estruturas subordinadas adverbiais reduzidas de gerúndio.

Das 203 cartas analisadas, observou-se a ocorrência desse tipo em 79 textos. É interessante salientar que a presença de estruturas gerundiais em cabeça de sentença é comum nesses textos, tais como a que aparecem nas cartas 24, 43, 47, 53, 54, 118 e outras, como é destacado neste fragmento da carta 114: “**Tomando este Sennado** posses aos 4 deste corrente mês, e anno, e fazendo a primeira Sessão aos 5 no mesmo mês, foi lhe presente pelo Escrivão desta Camara hũ Respeita vel Officio de Vossa Excelência [...]”. Esse fato levou a aventar que tal tipo de construção fazia parte da tradição discursivas dessas cartas, uma vez que esse tipo de construção aparece com grande frequência nesses documentos em que o escrivão coloca no topo da primeira sentença o momento em que ocorreu determinada situação conforme descrita na carta 114.

Quadro 4 - Topicalização de estruturas subordinadas e encabeçadas de gerúndio (T-SG)

(C45/1800) - **Em consequencia do Officio de Vossa Senhoria, de 28 de Março, proximo pasado**, vim aeste Lugar dos Areal para examinar adestruição causada ás Lavouras do Manoel Jose Paxeco[...]

(C53/1803) - **Sendo frequentissimos os furtos de Mandioca, emais Lavouras no meu Sitio d’Alagoa desta Cidade, eaxando eu hoje ter-seme urtado bastante Mandioca**, tratei deseguir o malfeitor pelas pegadas, reconhecendo o seu Coito xa-mei o Furriel Antonio Severino[...]

(C58/1807) – **Emobcervancia das hordens de Vossa Excelência a mim deregidas em officio de 8 docorrente** em cluzo remetto a Vossa Excelência o mappa da força do Batalhão[...]

(C64/1812) - **Como pelo officio que Vossa Excelência me dirigio em o pri= meiro de Setembro** conheço que Manuel Miz Braga he com effeito desertor da Tropa de Linha da Guarnição deS= sa Cidade[...] (Ver anexo)

(C68/1822) – **Emobservância do Respectavel officio de Vossas Excellemsias com data devinte cinco de Junho doCorrente acompanhado com os ex emplares** respondemos que

nesta Villa tem porção avistada democidade capazes deexer- serem as primeiras letras[...] (Ver anexo)

(C81/1823) - **Em observancia do Offício de Vossas. Excelências de 25 de Janeiro do corrente** passei a tumar o conhecimento devido da Conducta do Comandante Ignacio Gomis de Seixas[...] (Ver anexo)

(114/ 1826) **Tomando este Sennado posses aos 4 deste corrente mēs, e anno, e fazendo a primeira Sessão aos 5 no mesmo mēs,**foi lhe presente pelo Escrivão desta Camara hũ Respeita vel Officio de Vossa Excelência [...]

(C118/1826) - **Devendo** dar pronta resposta àõ Officio de Vossa Excelência de 16 do Corrente Agôsto acompanhado da Copia da Ordem Imperial, endentes ao milho ramento da estabilidade dos Indios, em que diz que-rer Vossa Excelência ouvir aminha opiniaõ parader satisfazer ao que de Vossa Excelência se exige, passo a responder confor-me a Razao

(C119/1826) - **Em com sequencia da ordem de Vossa Excelência** de 16 do Corrente mes acompanhando aCopia da ordem Imperial, que *Vossa Excelência* foi servido remeterme para em virtude damesma Informar sobre oseo Cotesto[...] (Ver anexo)

(C130/1828) – **Em consequencia da Ordem de Vossa Excelência** com-municada em Officio de 28 do Corrente, re-meto apresentar a *Vossa Excelência* opreso Caetano Nunes[...] (Ver anexo)

(C134/1834) - **Em com sequencia do officio de Vossa Excelência de 18 de Fevereiro esta Camara Municipal** em sessao deoje par-ticipava a *Vossa Excelência* que os Juizes Municipal e o de orfaos que foraõ aprovados pello Conselho Presidencial estamesma Camara mar Co-lhe o dia tres de Março para se apresentarem na Secretaria de seu Governo [...]

(C136/1834) – **Em cumprimento do Art. 18 das Instruçoes do 1º de Dezembro de 1828,** passo a remeter a *Vossa Senhoria* as Actas das Eleiçoes de Juizes de Paz deste Municipio[...] (Ver anexo)

(C143/1834) - **Na conformidade do Officio N° 2 de Vossa Excelência, e autorização do Officio N° 3**, passei á examinar a parte do Convento de São Bento, desta Cidade[...] (Ver anexo)

(C154/1854) - **Em cumprimento a ordem de Vossa Excelência** remetto trez recrutas pela escolta da Guarda Nacional commandada pelo Cabo João Franco[...] (Ver anexo)

(C184/1864) - **Em virtude da requisição que me faz o Delegado do Termo do Pilar em officio de 23 do corrente**, peço a Vossa. Excelência se sirva de dar mais ordens[...] (Ver anexo)

(C191/1867) - **Em cumprimento a Officio Circular de Vossa Excelência sob número 343, de 19 de Janeiro proximo findo** cumpreme levar ao conhecimento de Vossa Excelência no dia 2 do corrente mes, fis afixar dous Editais das Guardas designado para o contingente de guerra[...] (Ver anexo)

(C159/1855) - **Para satisfazer a obrigação, que me impoem o §º 10 do artº. 36 do Regulamento de 30 de Maio de 1836, e o §º 14 do artº 33 do de 22 de Junho do mesmo anno**, apresento a Vossa Excelência o resumo do Ponto dos Empregados desta Repartição em todo ano financeiro de 1853 á 1854[...]

Além dessas, foram encontradas outras ocorrências de topicalização que se aproximam das construções de tópico atual e descritas no trabalho de Pontes (1987) como Topicalização por Deslocamento à esquerda com retomada de pronome cópia. Verificaram-se apenas duas ocorrências desse tipo. A carta 55 refere-se a um parecer de um desembargador ouvidor geral a respeito de um oficial local. Esta carta é datada do início do século XVIII e já demonstra a presença de topicalização do PB moderno. Neste caso, a estrutura topicalizada refere-se a “Regimento de Olinda”, que é retomada adiante pelo pronome “dele”: *fosse qual fosse a reputação anterior dodito official, ella se-acha macerada pelas culpas*). Esse tipo de estrutura está mais voltada para a oralidade, visto que a repetição de um termo que contém a mesma

idéia é considerada um vício de linguagem (pleonasma) e não é aceito em textos mais formais (Bechara, 2009).

Essa estrutura é colocada no topo da sentença para funcionar como referência ou ponto de partida para o assunto da carta que equivale à: “Após já ter regulado o regimento de Olinda”; a mesma estrutura equivale à circunstância em que se encontra o remetente da carta. Mais uma vez há a presença de sentenças anteriores equivalendo ao momento, ao espaço, ou às circunstâncias que o autor da carta escreve e porque o faz o remetente. Percebe-se que a presença dessas estruturas, além de focalizar e topicalizar as cartas correspondem à tradição textual dessas cartas.

A carta 69 (*á Povoações, quenaõ (_____) mui consideráveis a exceSsaõ d’Alagoa Nova, porém todas ellas...*) datada de 1822 tem como autoria três membros Da câmara. Na carta em que é feita uma descrição sobre as circunstâncias da Vila Nova da Rainha, atual Campina Grande, para se iniciarem Aulas de Primeiras Letras.

Quadro 5 - Topicalização com retomada de pronome cópia (T - RPC)

(C55/1805) - [...] fosse qual fosse **a reputação** anterior do dito official, **ella** se-acha macerada pelas culpas [...] (Ver anexo)

(C69/1822) - **á Povoações**, quenaõ (_____) mui consideráveis a exceSsaõ d’Alagoa Nova, porém **todas ellas** apresentaõ a mesma necessidade[...] (Ver anexo)

Identificou-se ainda a presença de estruturas em que o tópico se refere à uma sentença deslocada à esquerda, encabeçada por preposição denotadora de meio. Esses segmentos aparecem no topo da sentença e são anteriores à estrutura principal, que situava o leitor no propósito da carta. Nesse caso, têm-se a inversão de uma estrutura que relacionada à oração principal denota meio pelo qual se efetivou o propósito comunicativo do texto. Nas cartas 27 (*Por Real Ordem de 18 de junho do cor rente anno heServida a Raynha Nossa Senhora participarme haver ajustado com Sua Majestade Catholica huma Secção de Armas de*

Hostilidades) e 31 (***Pellas Reaes Ordens***, *hê Vossa Senhoria obrigado aespedir as necessárias ao Vedor geral*); o autor das duas correspondências, governador José Cesar de Menezes, enfatiza o termo ordem como forma de demonstrar um certo desejo para que se tomem providências de maneira que seu pedido fosse atendido com brevidade.

O remetente, ao usar essas expressões, enfatiza o valor que tem determinado documento e já cita “ordens reais” como forma de chamar a atenção do destinatário da carta para a importância do conteúdo expresso no documento. Já no documento 102 (***Pello Escrivão daCamara respectiva***, *faço remeter a Vossa Senhoria as pau=tas das pessoas que hão-de Servir na Justiça os annos de 1824 thé 26 que tudo se faz legalmente no dia 31 do mês passado de outubro*) datado de 1823, o autor da carta, juiz ordinário Joaopedro, não exige, não solicita, nem faz pedido, apenas informa o fato de remeter pautas pelo referido documento. Nesses documentos destacam-se dois tipos de propósitos comunicativos distintos: os dois primeiros referindo-se ambos a pedidos e ordem e o segundo referindo-se ao fato de remeter documento. Na análise dos textos que compõem o corpus, foram encontrados apenas três casos de sentenças encabeçadas por preposição denotadora de meio, com propósitos comunicativos distintos, conforme está representado no quadro 6.

**Quadro 6 - Topicalização de estrutura encabeçada por preposição denotadora de meio
(T - PREP.DM)**

(C27/1777) - **Por Real Ordem de 18 de junho do cor rente anno** heServida a Raynha Nossa Senhora participarme haver ajustado com Sua Majestade Catholica huma Secção de Armas de Hostilidades[...]

(C31/1778) - **Pellas Reaes Ordens**, *hê Vossa Senhoria obrigado aespedir as necessárias ao Vedor geral*[...]

(C102/1823) - **Pello Escrivão daCamara respectiva**, *faço remeter a Vossa Senhoria as pau=tas das pessoas que hão-de Servir na Justiça os annos de 1824 thé 26 que tudo se faz legalmente no dia 31 do mês passado de outubro*[...]

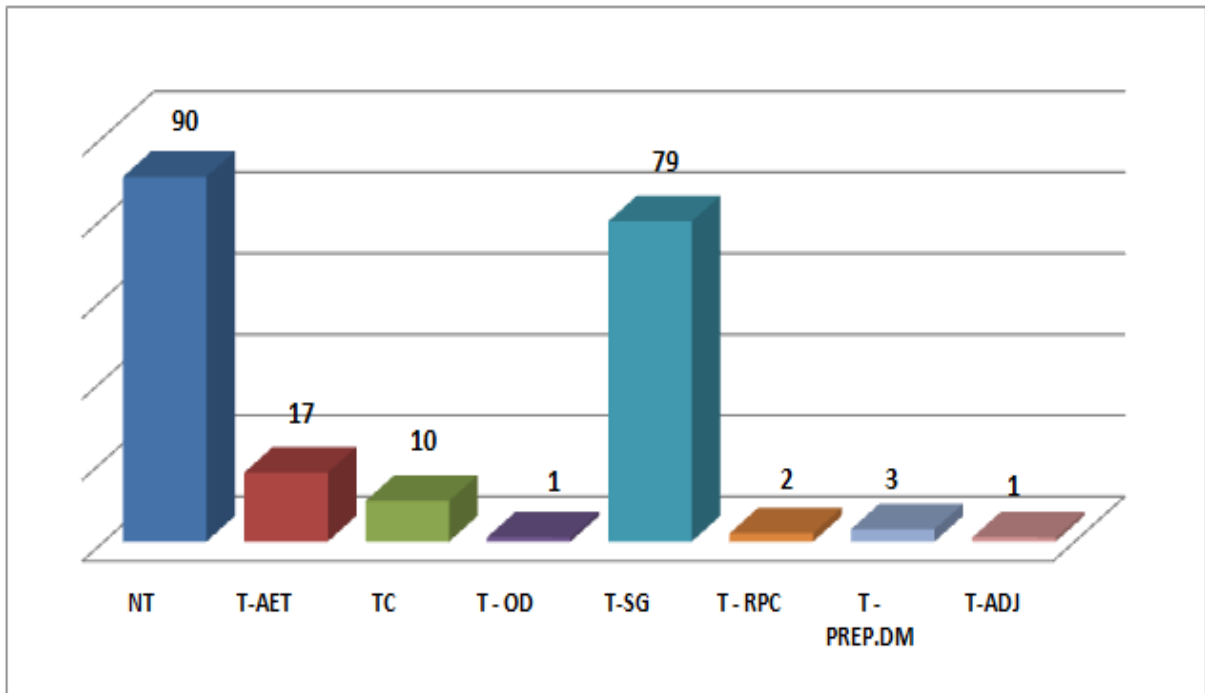
Além desses casos, encontraram-se algumas cartas com estruturas que apresentavam topicalização de adjunto adnominal. São casos de deslocamento de termos para o topo da sentença em que o falante coloca em foco o SN, conforme exemplo destacado no quadro 7. No exemplo em destaque, o termo topicalizado refere-se ao próprio objeto tratado no texto, ou seja, as nominatas dos Portos das Ordenanças. Na estrutura destacada no início da carta, o tópico mantém a relação com o pedido de expedição de alguns documentos feito ao remetente da carta em momento anterior. No manuscrito não se tem dados a respeito de quem escreveu esta carta.

Quadro 7 – Topicalização de adjunto adnominal e adverbial de modo (T-ADJ)

(C46/1800) **Inclusa** remetemos aVossa Senhoria as Nominatas dos Portos das Ordenanças desta Vila que Vossa Senhoria nos mandou fazer muito nos regozija remos quevaõ ao agrado de Vossa Senhoria [...]

Os dados e as ocorrências de estruturas topicalizadas, bem como de estruturas não topicalizadas estão expressos no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Ocorrência de estruturas deslocadas, topicalizadas e não topicalizadas



De acordo com os dados apresentados no Gráfico 1, é possível verificar que a quantidade de estruturas encontradas nas cartas paraibanas demonstra que se trata de um fenômeno que já aparecia naquele período em maior frequência do que só estruturas do tipo SVO. Esse dado foi obtido a partir das análises obtidas a partir da leitura feita no início dos primeiros parágrafos desses textos. Dentre os tipos de estruturas topicalizadas e deslocadas à esquerdas, as mais recorrentes referem-se às estruturas subordinadas topicalizadas e deslocadas à esquerda, com valor de afinidade, conformidade, causa, etc. Dentro dessa ocorrência, listam-se as estruturas encabeçadas por gerúndio.

Na classificação apresentada por Eunice Pontes (1987) que também foi adotada para as estruturas de tópico, encontraram-se apenas 6 casos ao longo do *corpus*, referindo-se respectivamente a: tópico-comentário, 10 ocorrências e deslocamento à esquerda com retomada de pronome cópia com 2 e topicalização de objeto com apenas um aparecimento, totalizando 13 ocorrências. Segundo Pontes (op.cit), a estrutura de tópico-comentário ocorre quando o falante apresenta um SN no topo da sentença seguido de um comentário, enquanto nas topicalizações de estruturas deslocadas à esquerda com retomada de pronome cópia, o

falante topicaliza um SN que faz parte da estrutura seguinte, mas que é retomado nessa mesma estrutura por um pronome equivalente ao tópico.

A ênfase nas demais estruturas topicalizadas não recai simplesmente sobre um SN deslocado, mas, sobre um termo ligado aos elementos do complemento verbal, adjuntos de tempo e de lugar e estruturas subordinadas encabeçadas de gerúndio. A topicalização, ou a ênfase em determinada estrutura, bem como o fato de transpô-lo para o topo da sentença não ocorreu por mero acaso. Em cartas burocráticas como as que foram analisadas, o remetente, em determinadas circunstâncias, topicaliza essa estrutura com determinados objetivos, como o próprio fato de retomar o assunto da carta anterior, estabelecendo um momento dentro do contexto de produção, a fim de facilitar o entendimento do destinatário para o que se vai tratar na carta. Segundo Tarallo (2007), há uma relação indissociável entre língua e sociedade e as condições de produção dos textos determinam sua organização interna.

Os demais casos observados nas cartas refletem as estruturas que são topicalizadas por deslocamento de um SN ou mesmo de toda uma estrutura, na qual falante marca maior valor em relação à estrutura principal, sendo as estruturas de subordinação e as encabeçadas por gerúndio as mais frequentes.

No gráfico 1 estão dispostas as quantificações de cada um dos casos estudados e encontrados nas cartas, conforme indicam os dados nele verificados. Para saber a frequência em que essas estruturas aparecem, se aumentam ou se diminuem ao longo dos séculos XVIII e XIX foi elaborada uma tabela com as ocorrências conforme se segue na Tabela 1.

Nesta tabela, os dados estão colocados em intervalos de 26 e 24 anos, começando na segunda metade do século XVIII. Os dados revelaram que de 1774 a 1800 foram destacadas 29 ocorrências de estruturas invertidas ou topicalizadas, dentro dos tipos quantificados neste mesmo quadro. Nessa primeira fase, foi colocada em destaque a ocorrência de Tópico comentário, tipo citado na obra de Pontes (1987). As estruturas não topicalizadas ou não invertidas mostraram-se em 23 cartas, caso que comprova a sua baixa frequência em relação às demais estruturas.

De 1801 a 1825 aparecem várias ocorrências de cada um dos tipos de tópico ou inversão, com exceção do tipo tópico-comentário. No total, foram observados 34 casos de topicalização e 21 de não topicalização.

Já no período 1826 a 1850 aparecem 25 casos de estruturas topicalizadas e 20 de não topicalizadas. Dentre essas ocorrências, os tipos clássicos de topicalização apontados na obra de Pontes (1987), foram encontrados, neste mesmo intervalo, dois casos de deslocamento à

esquerda com retomada de pronome-cópia e seis aparecimentos de estruturas de tópicocomentário, como está demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 – Tipos de Ocorrências ao longo dos séculos XVIII e XIX

| TIPOS DE OCORRÊNCIAS | PERÍODO/OCORRÊNCIAS | | | | TOTAL |
|---|---------------------|-----------|-----------|-------------|-------|
| | 1774-1800 | 1801-1825 | 1826-1850 | 1851 - 1874 | |
| Estruturas não topicalizadas (NT) | 23 | 21 | 20 | 26 | 90 |
| Topicalização de adjunto adv. (T-AET) | 6 | 6 | 3 | 2 | 17 |
| Tópico-Comentário (TC) | 4 | 0 | 6 | 0 | 10 |
| Topicalização de objeto direto (T - OD) | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Topicalização de estrutura subordinada e encabeçadas de gerúndio (T-SG) | 18 | 23 | 16 | 22 | 79 |
| Topicalização com retomada de pronome cópia (T - RPC) | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 |
| Topicalização de estrutura encabeçada por preposição denotadora de meio (T - PREP.DM) | 0 | 2 | 0 | 1 | 3 |
| Topicalização de adjunto adnominal e adv.modos (T-ADJ) | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |

Na última fase que compreende ao período de 1851 a 1874 encontraram-se 25 ocorrências de estruturas invertidas e de tópico e 26 de não-tópico. Em quase todos os intervalos de anos, as ocorrências de estruturas invertidas ou topicalizadas aparecem em maior destaque em relação às estruturas não-tópico, com exceção do último período de 1851 a 1874. É interessante ressaltar que os dados apresentados na tabela 1 mostram que a tradição nessas cartas aponta para uma maior frequência de uso de estruturas topicalizadas ou invertidas por deslocamento de subordinadas e de estruturas encabeçadas por gerúndio. Os casos de topicalização encontrados no *corpus* em grande parte provocaram o rompimento da ordem SVO. Esse rompimento não se trata apenas de topicalização de estruturas marginais ou de inversão de SN, mas de outros termos que são colocados anteriores ao SN de sujeito e que

correspondem a casos curiosos, uma vez que o falante, ao transpor esses termos, não coloca o sujeito em primeiro plano, mas sim um outro termo ou uma estrutura completa como as de subordinação, que para o autor servirá como o foco da estrutura ou do texto.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados nas cartas revelam que nos séculos XVIII e XIX já se encontravam estruturas topicalizadas na escrita do Português brasileiro. Embora se tratassem de documentos oficiais, percebeu-se que, ao topicalizar ou deslocar estruturas para o topo da sentença, o falante tende a focalizar ou evidenciar determinada estrutura que nem sempre vai coincidir com o sujeito da oração. As análises atestam para uma frequência maior da ordem SVO daqueles constituintes, mesmo se tratando de topicalização. No contexto discursivo das cartas é possível perceber que a colocação dos termos na sentença nem sempre segue uma ordem fixa, podendo variar de acordo com a situação comunicativa, ou mesmo com o contexto em que se insere a carta.

A escrita desses textos, algumas vezes, chegou a revelar traços voltados para uma prática oral em que o falante costuma produzir seu texto de maneira menos formal, como na escrita irregular de alguns termos da língua. Assim, é comum encontrar em alguns documentos a falta de habilidade com a escrita por parte dos autores, revelando certas vezes uma linguagem e um contexto informal.

A topicalização de adjuntos com referência a tempo e a lugar é muito frequente nessas cartas. Embora as gramáticas apresentem que os advérbios são um tipo de categoria relativamente móvel na sentença, constatou-se que o seu deslocamento para o topo da sentença não se dá por mero acaso. Nos manuscritos estudados, o autor, ao topicalizar essa categoria, tenta situar o seu leitor no tempo e no espaço como forma de retomar o assunto de outro momento. Percebe-se que ao longo dessas cartas há sintagmas e estruturas que funcionam como indicadores de tempo ou de espaço e que são deslocados para o topo da sentença, encontrando ou não continuidade ou relação sintática na estrutura seguinte. Essas ocorrências de advérbios em topo de sentença mostraram-se muito comuns nesses documentos fato que leva a considerar essas ocorrências como parte da tradição textual deste gênero.

Nos estudos ora realizados, foi observado que as ocorrências estão mais voltadas para a inversão, o que não deixa de ter a função tópica ou de foco, visto que, ao topicalizar ou mesmo inverter estruturas, o autor coloca determinado termo em evidência em relação às demais partes da estrutura sintática. Em outros casos, o tópico coincide com o sujeito e com o próprio tema tratado do texto. Considerou-se a essa última classificação em uma proposta

mais discursiva, quando foi possível verificar a presença de tópicos de sujeito ou de outro elemento ligados ao discurso e à tradição desses textos, a exemplo dos advérbios em topo de sentença.

Os constituintes deslocados ou colocados no topo da sentença também compreendem os mais diversos termos do complemento verbal, os quais foram identificados ao longo do *corpus*. Essa estrutura, denominada de sintagma fronteado (ABAURRE et al., 2009) compreende às diversas funções ocupadas pelos constituintes no sintagma verbal e nominal: adjuntos, complementos nominais, predicativos, objeto, etc.

Ao longo das análises obtidas foi possível perceber que há, na maioria das vezes, encaixamento do sintagma deslocado na estrutura seguinte, enquanto na topicalização com retomada de pronome cópia e de comentário, só é possível a sua classificação ligada ao discurso. Por isso, afirmam grande parte dos teóricos (PONTES, 1987; CASTILHO, 1998; GIVÓN, 1979) que a topicalização estaria mais voltada para o oral, visto que, na fala os interlocutores sentem a necessidade de colocar a ênfase em um determinado SN, colocando no topo da sentença um sintagma nominal, que, na maioria dos casos, serve como tema do discurso oral, segundo Pontes (1987). A partir das análises obtidas no *corpus*, percebeu-se que esse foco nem sempre estará em um SN, mas em um sintagma vinculado ao SV.

Os dados obtidos na análise do *corpus* mostram os motivos mais comuns em que houve a inversão de algum termo. Em alguns casos, a topicalização é realizada por um grupo de sintagmas e não apenas por um termo (objeto, adjunto, predicativo, complemento nominal, etc.).

Embora tenham sido pouco frequentes, as estruturas de tópico-comentário e de topicalização com retomada de pronome cópia apontam para o fato de que naquele período da história do Português, a língua falada no Brasil já começa a apresentar traços e características próprias da língua Brasileira.

Os dados obtidos com as análises dos manuscritos paraibanos também corroboram com a ideia de Pinto (1988) de que é nesse período que o PB apresenta os seus primeiros traços característicos e que vão configurar em uma língua própria, repleta de fenômenos específicos e que há muito já se distingue do PE.

A busca por características próprias ao PB em sua evolução despertou o interesse pelo estudo sintático de construções de tópico, as quais também podem ser estudadas no âmbito histórico-textual. A presença de topicalização no *corpus* apesar de pouco frequentes corrobora a ideia de Pontes (1987) sobre a tipologia do Português, que segundo essa autora o PB seria

uma língua de sujeito e de tópico e é neste século que a língua Brasileira já começa a apresentar contornos próprios em relação à variante falada em Portugal.

O *corpus* do presente estudo contou com 203 cartas oficiais de caráter administrativo, escritas por autoridades do estado da Paraíba e de Pernambuco nos períodos colonial e imperial, as quais, embora apresentem a estrutura de carta oficial, em muitos casos revela uma escrita próxima à fala. Percebeu-se que dentro os textos que compõem o *corpus* mostram alguns desvios da norma escrita, como a mudança da ordem dos constituintes, que em alguns casos são topicalizados em favor da necessidade comunicativa do remetente da carta, como em situações de ordem, pedido, solicitação, etc.

A análise dos dados em cartas paraibanas do século XIX mostra que, apesar de se tratarem de textos oficiais escritos por autoridades como governadores, juízes, padres, coronéis, etc., apresentam vários desvios em relação à norma padrão do Português.

Embora tenham sido pouco frequentes, das 203 cartas analisadas, identificaram-se 125 ocorrências de estruturas topicalizadas, dentre às quais, apenas 13 enquadram-se na classificação apontada por Pontes (1987) de Tópico-comentário e de Deslocamento à esquerda com retomada de pronome-cópia. Os demais casos correspondem às estruturas deslocadas, que são topicalizadas por estarem em primeiro plano em relação ao sujeito da ordem SVO. A grande frequência das estruturas subordinadas e iniciadas por gerúndio por aparecerem em muitos casos apontam para certa tradição dentro do gênero carta daquele período. Não era raro encontrarem-se textos iniciados por essas estruturas.

Uma fonte importante para as análises realizadas nas cartas paraibanas levou em consideração a pesquisa realizada por Gibrail (2007) acerca das CT no Português europeu na qual foi observado que essas construções apareciam no *corpus* do Tycho Brahe datado do século XV até meados do século XIX. A pesquisa da referida autora mostrou que as CT foram frequentes naquela língua entre os séculos XV até meados do século XVI; a partir do século XVII as CT diminuem. Tal dado foi relevante para compreendermos que, enquanto Portugal realizava menos construções tópicas e invertidas, o Português do Brasil mostrava com certa frequência o uso desse fenômeno em textos colonial e imperial.

Conforme os estudos apresentados por Kabatek (2006) sobre as Tradições Discursivas, o gênero carta, ora estudado, apresenta uma estrutura mesclada entre carta administrativa e carta pessoal, fato que se pode comprovar a partir dos desvios encontrados na escrita dos documentos. A Tradição Discursiva dessas cartas mostrou que a sua estrutura em alguns

momentos apresenta o rompimento da ordem canônica e que alguns desses rompimentos eram caracterizados por estrutura topicalizada com propósitos variados.

Algumas das hipóteses que justificam tal fenômeno nas cartas é o fato de o falante colocar um quadro de referência para o que seria dito a seguir. Curioso é que o remetente algumas vezes omitia o sujeito da oração quando apareciam os verbos “mandar” e “ordenar” ocupando o topo da sentença.

O presente estudo comprovou que as ocorrências de inversão e de topicalização na língua, já mostravam seus primeiros indícios nas cartas dos séculos XVIII e XIX, o que corrobora com a proposta de Pontes (1987) de que o PB não seria apenas uma língua de sujeito, e sim de sujeito e de tópico ao mesmo tempo.

Por fim, acredita-se que os dados apresentados possam contribuir para outras investigações acerca desse fenômeno que ainda é pouco investigado nos estudos linguísticos, e que também traz algumas dúvidas em relação à sua classificação na língua, pois ora é vinculado apenas ao tema discursivo, ora apenas à estrutura sintática.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. Bernadete e PFEIFFER, Claudia e AVELAR, Juanito. **Fernão de Oliveira – um gramático na história**. Campinas, SP, Pontes Editores, 2009.

ABREU, Márcia. **Da Maneira correta de ler: leitura das belas letras no Brasil colonial**. In: Abreu, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*.

ARAÚJO, Edivalda Alves. **As Construções de Tópico do Português nos séculos XVIII e XIX** - Tese. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1029. Acesso em 28 de outubro de 2009

BARBOSA, Jerônimo Soares. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza**. Lisboa, 1822.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e Literatura: a imprensa Brasileira no século XIX**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37 ed. Editora Lucerna. São Paulo: 2009.

BICALHO, Márcia Amélia de Oliveira. **Conglomerados gráficos: influência da oralidade na escrita de cartas oficiais da Paraíba dos períodos colonial e imperial** – Dissertação. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/proling/index.php/produ-cientca-mainmenu-80/dissertacoes/203--conglomerados-graficos-influencia-da-oralidade-na-escrita-de-cartas-oficiais-da-paraiba-dos-periodos-colonial-e-imperial->> Acesso em 15 de junho de 2010.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Projeto de história do Português de São Paulo**. In: Para a história do Português brasileiro. CASTILHO, Ataliba T. (org). Vol. I: Primeiras ideias São Paulo: Humanitas/FAPESP, 1998.

CASTILHO, Célia Maria Moraes de. **Seria quatrocentista o Português implantado no Brasil? Estruturas sintáticas duplicadas em textos portugueses do século XV**. In: SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. Para a História do Português brasileiro. Vol. 2. Tomo I. São Paulo: Fapesp, 2001.

CASTILHO, Ataliba T. **O Português do Brasil**. In: ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*, São Paulo: Ática, 2007.

CHARTIER, Roger. **História da Vida Privada da Renascença ao século das luzes**. Vl. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

COELHO, Izete Lehmkuhl; MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva; MARTINS, Marco Antônio. **Estudo Diacrônico da Inversão sujeito-verbo no Português brasileiro: fenômenos correlacionados**. In: Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história. RONCARATI, Claudia e ABRAÇADO, Jussara (org.). Niterói: Eduff, 2008.

COSERIU, Eugenio. **O homem e a sua linguagem: estudos de teoria e metodologia Linguística**. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: USP, 1982.

_____. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança Linguística**. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença/USP, 1979.

CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da Língua Portuguesa**. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

DUARTE, M. I. **A construção de topicalização na gramática do Português: regência, ligação e condições sobre movimento**. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa, 1996.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Ática, 2005.

FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto. **A Escrita Oficial: manuscritos paraibanos dos séculos XVIII e XIX**. Recife: Programa de Pós-graduação em Letras da UFPE, 2005.

FONSECA, Maria Cristina de Assis. **Cartas Oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX**. Maria Cristina de Assis (org.). – João Pessoa: Ideia, 2004.

FREIRE, Francisco Jozé. **Secretario Portuguez, ou methodo de escrever cartas**. Lisboa: 1801

GIBRAIL, Alba Verona Brito, **Topicalização V2 na gramática do Português clássico: mudanças na diacronia**. In: Anais do XII Seminário de Teses em Andamento (Seta), Número 1, 2007, São Paulo. Anais Eletrônicos...São Paulo: Unicamp, 2007. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/seta/article/viewFile/256/218>>. Acesso em 23 fevereiro de 2009.

GIVÓN, T. **On understanding grammar**. New York: Academic Press, 1979a.

_____. **From discourse to syntax: grammar as a processing strategy**. In: GIVÓN, T. (ed.). *Syntax and semantics*, vol. XII. New York: Academic Press, 1979b.

_____. **Syntax: a functional-typological introduction**. v. I. Amsterdam: John Benjamins, 1990.

GREENBERG, J.H. (ed.). **Universals of Language**. Cambridge: Mass. The MIT Press, 1966.

HARRIS, M. **The Evolution of French Syntax: a comparative approach**. London: Longman, 1978.

HUBER, Joseph. **Gramática do Português Antigo**. Trad. Maria Manuela Gouveia Delille. 2 ed. Coleção Manuais Universitários, 2006.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.

ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

KABATEK, Johannes. **Tradiciones Discursivas y cambio lingüístico**. In: CIAPUSCIO, G., KAISER, D. & JUNGBLUTH, K. (orgs.). *Sincronía y diacronía: tradiciones discursivas en Latioamerica*. Frankfurt: Vervuert/Biblioteca Ibero-Americana, 2006.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. **A Formação da Leitura no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

LI, C & THOMPSON, S. **Subject and Topic: A new Typology of Language**, In Li e C. ed. *Subject and Topic*, New York, Acadmic Press, 1976.

MAIA, Marcus. **Manual de Linguística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MARCUSHI, Luiz Antônio. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MELO, José Baptista de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. 3 ed. João Pessoa: Biblioteca Paraibana, 1996.

MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Ana Christina (org.). **Introdução à Linguística: Fundamentos Epistemológicos**. Vol. 3/ - 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OESTERREICHER, Wulf. **Autonomización del Texto y Recontextualización. Dos Problemas Fundamentales de las Ciéncias del Texto**. Mimeo, 1999.

_____. **Lo Hablado en lo Escrito. Reflexiones Metodológicas y Aproximación a una Tipología**. In: KOTSHI, Thomas, OESTERREICHER, Wulf e ZIMMERRMANN (Orgs.). *El español hablado y la cultura oral em España e Hispanoamérica*. Frankfurt am Main: Verveurt; Madrid: Iberoamericana, 1996.

PERINI, Mário A. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Editora Ática 2002.

PINTO, Edith Pimentel. **História da Língua Portuguesa, 6 : Século XX**. São Paulo: Ática, 1988.

PONTES, Eunice. **O Tópico no Português do Brasil**. São Paulo: Editora Pontes, 1987

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo, Cultrix, 2006

SILVA, Rosa Virgínia. **Projeto para a história do Português brasileiro**. Vol. I: Primeiras ideias São Paulo: Humanitas/FAPESP, p. 7-265, 2001.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Ensaio para uma sócio-história do Português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Caminhos da Linguística Histórica – “ouvir o inaudível”**. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

SIMÕES, J. S; KEWITZ, V. **Cartas paulistas dos séculos XVIII e XIX: uma contribuição para os corpora do PHPB**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2006.

SOUSA, Maria Clara Paixão de. **Linguística Histórica**. In: PFEIFFER, Claudia Castellanos e NUNES. Introdução às ciências da Linguagem: Linguagem, História e Conhecimento. São Paulo, Pontes Editores, 2006.

TARALLO, Fernando Luiz. **A pesquisa Sociolinguística**. 8.ed. São Paulo: Ática, 2007.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. Trad. de Celso Cunha. 6 ed. Portuguesa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1994.

TOBIAS, José Antônio. **História da Educação Brasileira**. 3 ed. São Paulo: IBRASA, 1986.

TUFANO, Douglas. **Gramática e literatura Brasileira**. SÃO PAULO: Moderna, 1995

VILLALTA, L.C. **O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura**. In: NOVAIS, Fernando A. e Souza, Laura e Melo. História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANEXO

CARTA 31 - Pellas Reaes Ordens, hê Vossa Senhoria

LOCALIZAÇÃO NO ARQUIVO HISTÓRICO: CX. 01 – Documentos coloniais

REMETENTE: José César de Menezes

DESTINATÁRIO: Jerônimo José de Melo e Castro, governador da Paraíba.

Pellas Reaes Ordens, hê Vossa Senhoria

obrigado aespedir as necessarias ao Vedor geral, para fazer dar as competentes baixas, a qual quer official, ou soldado que falessa, ou seauzente doReal Serviço, tanto no Corpo da Infantaria paga, como nos de Auxiliares, ou deoutra qual quer alteraçã que houver, o que fará Vossa Senhoria observar, obrigando aos Comandantes das Companhias, e Jurrieis, aque logo, que houver, qual quer alteraçã, procurem as necessarias ordens, e com= ellas vaõ a Vedoria Geral, para senotar em os devidos asentos; afim desfazer a cada hum, o desconto emseos vencimentos; o que secomonica ao Vedor geral com a Copia desta, para ofazer executar como hê obrigado.

Da copia junta, verá

Vossa Senhoria aprovidencia que deo aJunta da RealFazenda sobre aConta que Vossa Senhoria deo, em data de sinco do Corrente.

Deoz

Goarde a Vossa Senhoria Recife 23 de Janeiro de 1778

Joze Cezar de Menezes

Senhor. Jeronimo Joze de

Mello eCastro Coronel Governadorda Capitania da Paraiba

CARTA 40 - Foi entregue a carta q.' V.S.a me dirigio

LOCALIZAÇÃO NO ARQUIVO HISTÓRICO: CX. 01 – Documentos coloniais

REMETENTE: José César de Menezes

DESTINATÁRIO: Jerônimo José de Melo e Castro, governador da Paraíba.

Foi entregue a carta que Vossa Senhoria me dirigio com data de 28 deMarço proximo preterito, eas Recrutadas que na mesma ocaião me enviou das quaes torno aremeter Joã Queixada deLuna por tísico eincapaz para o Real Serviço Fico esperando que Vossa Senhoria meva remetendo com amayor brevidade todas as mais que puder descobrir athe secompletar onumero que lhepedi:

Deus Guarde AVossa Senhoria Recife 4 deAbril de 1780.

Joze Cezar de Menezes

Senhor Jeronimo Jose de Melo eCastro

Coronel Governador da Capitania da Paraiba

CARTA 46 - Inclusa remetemos aV.S. as Nominatas

LOCALIZAÇÃO NO ARQUIVO HISTÓRICO: CX. 02 – Documentos coloniais

REMETENTE: Francisco Dias Chaves, Manoel Dias Chaves,Joze Rodrigues da Cunha Valencia,Mathias Mendes Viannas,Bernardo Duarte dos Santos, em Junta

DESTINATÁRIO: sem destinatário

Inclusa remetemos aVossa Senhoria as Nominatas dos Portos das Ordenanças desta Vila que Vossa Senhoria nos mandou fazer muito nos regozija remos quevaõ ao agrado de Vossa Senhoria quem roga mos queira relevar os erros quenelas emcontrar. Deus Guarde. aVossas Excelências muitos anos Vila de São Joaõ emCamera de 9 de Agosto de 1800%

De Vossa Senhoria
Humildes Subditos

Francisco Dias Chaves
Manoel Dias Chaves
Joze Rodrigues da Cunha Valencia
Mathias Mendes Viannas
Bernardo Duarte dos Santos

CARTA 55 - Illmo e Exmo Senr Remetto outra vez o officio do Desembgor

LOCALIZAÇÃO NO ARQUIVO HISTÓRICO: CX. 03 – Documentos coloniais

REMETENTE: João Severiano Maciel da Costa, desembargador Ouvidor Geral e Corregedor

DESTINATÁRIO: Luis da Motta Fêo, governador da Paraíba.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Remetto outra vez o officio do Desembargador Mello, Sindicante do Desembargador Ouvidor d'essa Com=marca Antonio Philippe, no qual participa ao Antecessor de Vossa Excelência que suspendêra edeixava suspenso ao Escrivão, que entãõ era da Correição, José – Gonçalves dos Prazeres Rocha pelas culpas que ao mesmo resultáraõ da devassa e de que se devia livrar onde lhe fosse ordenado por Sua Alteza Real; e sobre a du=vida em que Vossa Excelência está se aquelle official suspenso deve Ser inhibido de advogar em virtude das Culpas, de que não tem mostrado melhoramto, é meu parecer que sim, porque sendo o officio de Advogado taõ grave e melindroso, deveser occupado por pessoas de conhecida probidade, e fosse qual fosse a reputaçãõ anterior do dito official, ella se acha macerada pelas culpas: quanto mais que não se fale as natureza d'ellas e podem muito bem ser tais que the (invoquecem) infamia: finalmente acho determinantes expressos em favor do meu parecer os §§ 25 e 26 do (tito) 48 do Liv. 1º das Ord. que é o Regulamento dos Advogados e Procuradores. Vossa Excelência ordenara o que for Servido.

Deus Guarde. a Vossa Excelência muitos anos Paraiba 1º de Abril de 1805.

O Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor

Illmo Sr Gov. Luis João Severiano Maciel da Costa da Motta Fêo

CARTA 69 - Camara de Campina - Illmos e Exmos Senres Como V.Exas no Officio de 25
LOCALIZAÇÃO NO ARQUIVO HISTÓRICO: CX. 01 – Documentos coloniais

REMETENTE: Felipe Joaquim deSouza, Joaquim Ribeiro deMello, Antonio Jose Gomes Barbosa, José Ferreira da Silva, Martinho da Costa Agra

DESTINATÁRIO: Presidente da Província e demais membros do governo.

Camara de Campina

Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores

Como Vossas Excelências no Officio de 25 deJunho do Corrente anno nós- pedem um exacta informação sobre as Ser cunstancias desta Freguezia, para nella se estabelecerem Aullas deprimeiraS Letras, informamos oseguinte pellos mesmos artigos dodito officio = Primeiro Esta Villa, eseu contorno não só as apresenta uma numeroza mocidade para asprimeiras letras, como até para Gramatica Latina, por que oReverendissimo Parocho desta Freguezia Virginio Rodrigues Campello, quando aqui chegou daprimeira vêz contava quazi trinta alunos, que ensinava gratuitamente ; sendo então apopulação muito menor; ealem disto como esta Villa é oponto central do Sertaõ do Cariri nehum outro lugar é taõ adequado para esse estabelicimento, como ela. Segundo noseu termo á Povoações, quenaõ (_____) mui consideraveis a exceSsaõ d'Alagoa Nova, porém todas ellas apresentaõ amesma necessidade pella fl 2

pella falta demeios; que tem muitos Pais desses emterem oseos filhos fora de suas cazas, eestas Povoações não em premeiro lugar a Alagoa Nova, emSegundo oBrejo do Fagundez e enterceiro adeCabaceiras. Terceiro este Senado não tem recibos sufficientes para oshononarios dos Proffeçores, uma vez, queosditos honorarios sejaõ tais, queconvidem aboens Mestres; mas poderá emparte satisfazer aos Proffeçores depremeiras Letras, eLatim, que secriarem nesta Villa pellanecesidade que delles á, uma vez que seponha emuzo ocontrato das aguardentes extabelecido, desde aexecução desta Villa pello Diretor que foi então oDoutor Antonio Felipe de Andrade Brederades, por isso que não é encommodo aos seus habitantes, erecai sobre uma classe d'Omens ordinariamente enfimos, enaõ

é genero de primeira necessidade que
 utilize todos como o novo imposto
 fl 3
 imposto das carnes, que ainda se conserva.
 Esperamos para tanto que Vossas Excelências se dignem
 mandar por empraça aquele contrato
 d'aguardentes, único subsídio de que se
 podem fazer as despesas deste Senado.

Deos Guarde a Vossas Excelências muitos anos Villa
 Nova da Rainha Em Vereação de 18 de Julho
 de 1822

Illustríssimos Excelentíssimos Senhores Presidente
 E mais Vogais do Governo Provincial

Felipe Joaquim de Souza
 Joaquim Ribeiro de Mello
 Antonio Jose Gomes Barbosa
 José Ferreira da Silva
 Martinho da Costa Agra

CARTA 107 - Visto em Sessão a 16 de Dezembro de 1823% Illmos Exmos Sns A respeito
LOCALIZAÇÃO NO ARQUIVO HISTÓRICO: CX. 06 – Documentos imperiais
REMETENTE: Sebastião Soares da Roxa
DESTINATÁRIO: Junta Governativa (?)

Visto em Sessão a
 16 de Dezembro de 1823%

Illustríssimos e xcelentíssimos Senhores
 Barboza

A respeito dos Rosados dos Suplicantes,
 o que posso emformar a Vossas Excelências he que
 não prejudica por não em cluir nellas
 Madeiras de Construção nem Pau-
 Brazil Segundo olugar que mostraõ
 a Vista do que Vossas Excelências mandaraõ o que
 forem servidos.

Coqueirinho 9 de Dezembro de 1823
 Sebastião Soares da Roxa